

DEMONSTRAÇÕES *financeiras* 2022



CCR \ VIVA SEU CAMINHO.





Relatório da Administração 2022

3.2. Desempenho CCR

(R\$ milhares)	2022	2021	Variação %
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	20.150.120	13.021.941	54,7%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	18.531.654	11.953.116	55,0%
- Receita de Pedágio	7.410.995	7.012.742	5,7%
- Outras Receitas	11.120.659	4.940.374	125,1%
Deduções da Receita Bruta	(968.429)	(777.694)	24,5%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	17.563.225	11.175.422	57,2%
(+) Receita de Construção	1.618.466	1.068.825	51,4%
Custos e Despesas (a)	(9.323.627)	(8.686.107)	7,3%
- Depreciação e Amortização	(1.732.920)	(3.152.785)	-45,0%
- Serviços de Terceiros	(1.529.055)	(1.334.877)	14,5%
- Custo da Outorga	(152.274)	(107.270)	42,0%
- Custo com Pessoal	(2.199.178)	(1.711.675)	28,5%
- Custo de Construção	(1.618.466)	(1.068.825)	51,4%
- Provisão de Manutenção	(315.319)	(5.427)	5.710,2%
- Outros Custos	(1.599.458)	(1.026.569)	55,8%
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(176.957)	(278.679)	-36,5%
EBIT ajustado	9.858.064	3.558.140	177,1%
Margem EBIT ajustada (b)	56,1%	31,8%	24,3 p.p.
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	254.113	84.861	199,4%
(+/-) Participação dos acionistas não controladores	(79.092)	(109.965)	-28,1%
EBIT (c)	10.033.085	3.533.036	184,0%
Margem EBIT	52,3%	28,9%	23,4 p.p.
(+) Depreciação e amortização	1.732.920	3.152.785	-45,0%
EBITDA (c)	11.766.005	6.685.821	76,0%
Margem EBITDA	61,3%	54,6%	6,7 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	315.319	5.427	5.710,2%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	176.957	278.679	-36,5%
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(254.113)	(84.861)	199,4%
(+/-) Participação dos acionistas não controladores	79.092	109.965	-28,1%
EBITDA ajustado (f)	12.083.260	6.995.031	72,7%
Margem EBITDA ajustada (f)	68,8%	62,6%	6,2 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(3.107.173)	(1.762.760)	76,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	254.113	84.861	199,4%
Lucro Antes do IR & CS	7.005.004	1.880.241	272,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.792.824)	(1.074.645)	159,9%
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	4.212.180	805.596	422,9%
Participação dos Acionistas não Controladores	(79.092)	(109.965)	-28,1%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	4.133.088	695.631	494,1%
Endividamento bruto (g)	29.031.254	26.751.149	8,5%
Investimentos (caixa)	2.719.056	1.695.118	60,4%
Veículos equivalentes (em milhares)	1.117.396	1.099.516	1,6%

- (a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, por função nos seguintes grupos: Custos dos Bens e/ou Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas.
- (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (c) Calculado de acordo com a Resolução CVM n.º 156/2022. O EBIT é calculado por: lucro antes dos juros e imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. O EBITDA é calculado por: lucro líquido atribuído aos controladores (e que não inclui a parcela do resultado atribuída aos não controladores) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (f) O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa: (i) despesas antecipadas, que se referem à contabilização da outorga paga ao Poder Concedente em algumas das rodovias de forma antecipada (AutoBAn, RodoAnel Oeste, ViaOeste e ViaLogos), e que são apropriadas ao resultado ao longo do prazo das concessões; (ii) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12; além de (iii) equivalência patrimonial, que se refere ao resultado das controladas em conjunto da Companhia, às quais esta faz jus; e (iv) participação de acionistas não controladores nas investidas da Companhia. A margem EBITDA ajustada também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS e CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (g) Dívida Bruta: soma total dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)

Principal componente da receita operacional bruta, a receita de pedágio totalizou R\$ 7.410.995 mil em 2022 (+5,7% sobre 2021) e representou 40,0% do total da receita bruta, excluindo-se a receita de construção. A variação deste componente da receita e consequência do aumento das tarifas médias de 3,9%, da recuperação de tráfego, que apresentou crescimento de 1,6%, em comparação ao ano anterior, além da contribuição da ViaOeste durante todo o ano de 2022 e 8 meses em 2021, e ainda da RioSP que contribuiu desde março de 2022. Compensando parcialmente esses efeitos, houve o encerramento da RodoNorte em 27 de novembro de 2021, e da NovaDutra em 28 de fevereiro de 2022.

A rubrica de outras receitas brutas apresentou acréscimo de 125,1% devido, majoritariamente, ao reequilíbrio da AutoBAn, com efeito de R\$ 5.254.058 mil.

Custos e despesas totais

Houve acréscimo de 7,3% em relação a 2021, totalizando R\$ 9.323.627 mil em 2022. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 1.732.920 mil em 2022. A redução de 45% decorreu, principalmente, devido ao final do contrato de concessão da RodoNorte, em novembro de 2021, e NovaDutra, em fevereiro de 2022.
- A rubrica de serviços de terceiros totalizou R\$ 1.529.055 mil em 2022, acréscimo de 14,5%. Esse resultado decorreu, majoritariamente, devido ao aumento da conservação especial e intervenções esporádicas na ViaOeste e SPVias, e ainda serviços de recuperação de pavimento na AutoBAn.
- O custo da outorga atingiu R\$ 152.274 mil em 2022. O acréscimo de 42% reflete o aumento das outorgas variáveis, em consequência do aumento de passageiros transportados na BH Airport e Curaçao, além do aumento da receita de pedágio na AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias, devido à melhoria no tráfego de veículos.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 2.199.178 mil em 2022, registrando aumento de 28,5%. Esse aumento derivou, principalmente, (i) do dissídio médio salarial de aproximadamente 9% realizado em 2022, (ii) do impacto da provisão de PLR e da reversão ocorrida no mesmo período do ano anterior, e também (iii) contribuição de R\$ 428.735 mil somando as concessões: Bloco Sul, Bloco Central, Pampulha, RioSP e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, em 2022.
- Os custos de construção atingiram R\$ 1.618.466 mil, aumento de 51,4% em relação a 2021. A variação decorreu, predominantemente, em função (i) de obras no Terminal de Passageiros 1, no BH Airport e (ii) do aumento no volume de investimentos na ViaSul e início dos investimentos na RioSP, conforme previsto no cronograma de investimentos acordado com o Poder Concedente.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	713.347	851.759	5.229.073	4.593.600
Aplicações financeiras	7	1.378.392	14.237	2.894.314	1.087.018
Aplicações financeiras - conta reserva	7	5.173	2.193	153.326	98.787
Contas a receber	8	-	-	3.106.055	1.395.041
Contas a receber - partes relacionadas	11	129.018	74.820	53.522	1.594
Mútuos - partes relacionadas	11	812.546	-	-	-
Tributos a recuperar		93.781	75.336	316.265	192.816
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	143.050	278.680
Contas a receber - operações com derivativos	24	-	-	4.829	4.988
Adiantamento a fornecedores		365	433	64.489	17.477
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	453.465	185.279	-	3.906
Ativos mantidos para venda	28	75.268	-	267.706	-
Despesas antecipadas e outras		8.344	3.800	388.540	235.549
Total do ativo circulante		3.669.699	1.207.857	12.621.169	7.909.456
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	8	-	-	4.788.298	6.537.102
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	68.522	47.018
Contas a receber - partes relacionadas	11	-	-	68.845	34.314
Mútuos - partes relacionadas	11	301.215	591.821	190.911	171.939
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	11	76.039	242.192	1.257	1.048
Tributos a recuperar		63.974	31.750	140.747	120.952
IR e CS diferidos	9b	-	-	964.663	928.206
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	1.792.607	1.833.934
Contas a receber - operações com derivativos	24	228.482	249.303	229.569	251.887
Títulos e valores mobiliários		15.430	-	15.430	-
Despesas antecipadas e outras		14	45	238.194	187.297
		685.154	1.115.111	8.499.043	10.113.697
Investimentos					
Imobilizado					
Intangível					
Infraestrutura em construção					
Direito de uso em arrendamento					
Total do ativo não circulante		17.552.938	15.099.118	37.926.131	33.446.988
Total do ativo		21.222.637	16.306.975	50.547.300	41.356.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício					
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão		535	(317)	535	(317)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior		(229.247)	114.368	(229.247)	114.368
Ativação de hedge de fluxo de caixa		1.302	-	1.302	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(443)	-	(443)	-
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior - acionistas não controladores		-	-	47.600	4.151
		(228.388)	114.368	(180.788)	118.519
		3.905.235	809.682	4.031.927	923.798
Total do resultado abrangente do exercício					
Atribuível a:					
Acionistas da controladora		3.905.235	809.682	3.905.235	809.682
Acionistas não controladores		-	-	126.692	118.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- A provisão de manutenção atingiu R\$ 315.319 mil em 2022, registrando aumento de 5.710,2%. O aumento decorreu, principalmente, devido a provisões do novo ciclo de manutenção do pavimento na SPVias e na AutoBAn, em função do acordo definitivo firmado com o Poder Concedente. Houve também, em 2021, a reversão da provisão da manutenção na MSVia, tendo em vista a formalização do termo aditivo para a relicitação deste ativo.
- Os outros custos atingiram R\$ 1.599.458 mil em 2022, em comparação a R\$ 1.026.569 mil em 2021; aumento de 55,8%. Esse aumento derivou do efeito na ViaOeste, sobre o reconhecimento de aproximadamente R\$ 471.000 mil por dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro e, portanto, são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Resultado financeiro

Em 2022, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 3.107.173 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 1.762.760 mil em 2021. O aumento de 76,3% reflete, principalmente, o saldo de dívida bruta 8,5% maior entre os períodos, devido, majoritariamente, às captações realizadas em função dos novos negócios adquiridos ao longo do ano de 2021. Houve ainda, o efeito do aumento do CDI médio entre os períodos comparados de 7,92 p.p., compensado parcialmente pela redução do IPCA entre os períodos comparados em 4,28 p.p..

Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora

Em 2022, o lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora atingiu R\$ 4.133.088 mil, apresentando um aumento de 494,1% em relação ao ano de 2021.

Endividamento Bruto

Em 2022, o endividamento bruto consolidado alcançou R\$ 29.031.254 mil, em comparação a R\$ 26.751.149 mil em 2021, aumento de 8,5%. Ao longo de 2022, a Companhia contratou dívidas, principalmente, em função das obrigações inerentes aos novos negócios conquistados em 2021, como Blocos Sul e Central de Aeroportos, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, RioSP e Pampulha. As dívidas em dólar representavam 8,35% do endividamento bruto total, e como informação adicional, em 31 de dezembro de 2022, a exposição líquida em dólar das empresas com receitas em reais era de US\$ 19.915 mil, referente aos fornecimentos de equipamentos para a ViaQuatro, Metrô Bahia e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, no final do exercício de 2022. Neste mesmo período, a dívida bruta pró-forma era de R\$ 30.686.111 mil, incluindo as empresas não controladas.

Investimentos Caixa (incluindo ativo financeiro e manutenção)

Em 2022, os investimentos somaram R\$ 2.719.056 mil. As concessionárias que mais investiram foram a ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, ViaSul, RioSP e ViaOeste, representando, respectivamente, 29,4%, 16,8%, 13,4% e 7,8% do total do exercício social. Na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 houve desembolsos, principalmente, em função da compra de equipamentos, material rodante e revitalização de via permanente. Na ViaSul, houve desembolsos, majoritariamente, com duplicações em múltiplos trechos da BR-386, recuperação de pavimento e implantações de dispositivos de segurança. Os investimentos da RioSP foram focados (i) nos trabalhos iniciais da concessão, (ii) na recuperação de pavimento, e (iii) implantações de dispositivos de segurança. Os investimentos da ViaOeste foram focados em duplicações em múltiplos trechos da Rodovia Raposo Tavares e implantação dos novos acessos de Osasco.

Dividendos Pagos

Em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 176.625 mil (ano base 2021), correspondentes a, aproximadamente, R\$ 0,09 por ação ordinária, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2022, realizada em 19 de abril de 2022. Adicionalmente, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 591.582 mil (ano base 2022), correspondentes a, aproximadamente, R\$ 0,29 por ação ordinária, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada até abril de 2023. O montante pago em 2022 totalizou R\$ 768.207 mil ou aproximadamente R\$ 0,38 por ação, resultando em *payout* de 18,6% em relação ao lucro líquido do exercício de 2022 atribuído aos acionistas da controladora.

4. Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2022, a Companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles:

- IC02 2022:** pelo 12º ano consecutivo, a CCR integrou a carteira do Índice de Carbono Eficiente (IC02) da B3.
- CDP:** Grupo CCR recebeu a classificação B no reporte de Mudanças Climáticas do CDP - *Disclosure Insight Action*.
- ISE 2022:** Grupo CCR integra pela 12ª vez consecutiva a carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial.
- Programa Brasileiro GHG Protocol:** Pelo 9º ano consecutivo, o Grupo CCR recebeu o Selo Ouro do PBGHG - Programa Brasileiro GHG Protocol.
- Certificação ISO 37001:** certificação internacional da ISO 37001, Norma Global do Sistema de Gestão Antissuborno, para três empresas do Grupo: *Holding, CCR GBS (Global Business Service) e a ViaMobilidade - Linhas 8 e 9*.
- Airport Council International (ACI):** Aeroporto Juan Santamaría, administrado pela AERIS: recebimento do Prêmio *Airport Service Quality Award* como melhor aeroporto da América Latina e Caribe na categoria entre 5 a 15 milhões de passageiros; Reconhecimento *"Airport Excellence Program"*, *acreditação "Airport Customer Experience Accreditation"*.
- Aeroporto Internacional Mariscal Sucre, administrado por Quiport:** *Green Airport, Acreditação de Nível 4 em Customer Experience*.
- Aeroporto Internacional de Curaçao:** Acreditação em Saúde da ACI pelo segundo ano consecutivo; reconhecimento, também pelo segundo ano consecutivo, *"The Voice of the Customer"* e *acreditação ACI Airport Customer Experience, Level 1*.
- BH Airport:** Renovação da certificação *Airport Health Accreditation*, reconhecimento, pelo segundo ano consecutivo, *Green Airport*, renovação da *acreditação de emissões de carbono, no nível 2*.
- Skytrax World Airport Awards 2022:** Aeroporto Juan Santamaría, administrado pela AERIS, foi premiado nas seguintes categorias:
 - Best Regional Airport in Central America/Caribbean*
 - Best Airport Staff in Central America/Caribbean*
 - Cleanest Airport in Central America/Caribbean*
- Skytrax:** Quiport recebeu a renovação da classificação 5 estrelas da Skytrax, relacionada a qualidade dos serviços prestados. O Aeroporto também obteve a classificação 5 estrelas para o Covid 19 *Airport Safety Rating*.
- O Aeroporto Internacional Mariscal Sucre, administrado por Quiport,** foi reconhecido nas categorias "Melhor Aeroporto Regional" e "Melhor Staff de Aeroporto" na América do Sul. Este é o sétimo ano consecutivo que o aeroporto recebe a premiação de Melhor Aeroporto Regional da América do Sul.
- CCR foi classificada entre as "Top 10" do ranking "As 100 + Inovadoras no Uso de TI em 2022"**, promovido pela IT Media. Com a 10ª posição no ranking geral, a CCR obteve a melhor colocação entre as concessionárias de serviços de infraestrutura e mobilidade.
- Valor 1000:** A lista que classifica as 1000 maiores empresas do Brasil trouxe a CCR posicionada em 85º lugar no ranking geral. A CCR alcançou a 6ª colocação no geral do setor de Transportes e Logística e em 2º nas vendas líquidas do ano de 2021 e o 7º em Margem EBITDA.
- Anuário Época 360:** CCR foi destaque no ranking de infraestrutura, atingindo a 5ª posição, na edição de 2022 do Anuário Época Negócios 360º.
- Melhores Diretores:** Grupo CCR ficou em 2º lugar na categoria Serviços de Transporte, em premiação anual da Revista Melhores do Dinheiro.
- Prêmio Maiores e Melhores do Transporte:** A ViaQuatro venceu a categoria Transporte Ferroviário de Passageiros do Prêmio Maiores & Melhores do Transporte, um dos mais importantes do setor no Brasil.
- Prêmio Concessionária do Ano da ARTESP:** A CCR SPVias conquistou a 7ª edição do Prêmio Concessionária do Ano. O segundo lugar ficou com a concessionária CCR AutoBAn e a CCR ViaOeste obteve a 4ª colocação.
- Prêmio Nacional de Qualidade de Vida:** O Grupo CCR conquistou pela 4ª vez o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, sendo a empresa mais bem pontuada na 25ª edição, garantindo a Certificação Ouro - Excelência em Gestão. Prêmio visa apoiar, estimular, reconhecer e disseminar organizações que desenvolvem as melhores práticas em programas de saúde e bem-estar.
- CCR é um excelente lugar para trabalhar pela GPTW:** CCR foi certificada pelo Great Place to Work® (GPTW) Brasil como um excelente lugar para trabalhar com um índice de confiança de 84%.
- Melhores do ESG, Revista Exame:** CCR obteve destaque na categoria Transporte, Logística e Serviços.
- Selo Infra + Integridade:** A CCR ViaSul e CCR ViaCosteira conquistaram Selo Fomento Infra + Integridade do Ministério da Infraestrutura, que premiou as empresas do setor de infraestrutura de transportes rodoviários, que desenvolvem boas práticas de governança, integridade, ética, transparência, responsabilidade social e sustentabilidade.
- Rodovias + Brasil 2022:** CCR ViaSul e CCR RioSP receberam o prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura pelas contribuições à infraestrutura dos transportes do Brasil.
- Prêmio Inbrasc 2022:** O Grupo CCR foi o 2º colocado no Prêmio Inbrasc 2022 da Live University, que contempla todo o setor de Supply do país, na categoria Melhor Projeto por seu programa de Excelência de fornecedores, CCR Supera (*Supplier Performance Award*), que reconhece anualmente os fornecedores que se destacam em práticas ESG, reforçando o compromisso da Companhia com a cadeia de suprimentos, no setor de infraestrutura.

5. Considerações finais

5.1. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas investidas no Brasil não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditória com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

DEMONSTRAÇÕES

maneira

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na nota explicativa nº 12. Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação;
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado. A eliminação é demonstrada como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado. Ganhos e perdas decorrentes de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida; e
- As participações dos acionistas não controladores do RodAnOeste, da Barcas (até junho de 2022), da ViaQuatro, da CAI, da CPA, da BH Airport, da SPAC, TIAS (até julho de 2022), ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, AERS, SJO Holding, Quicko (até abril de 2022), Linha 15, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 e VL1 Carioca, no patrimônio líquido e no resultado do exercício foram destacadas na rubrica "Participação de acionistas não controladores".

b) Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quando as diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualitativo e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às IFRS, e posteriormente convertidas para reais, sendo que os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real à taxa de câmbio média mensal.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio, metrô, metrôvias, aeroportos e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários, metrô, aeroportos e barcas.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços. O Grupo CCR também auferiu receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços.

Receitas de construção: segundo a ICP 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhoria na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na elaboração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial.
O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado, ao VJR, os custos de transação são não diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente.
Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento subsequente, o investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita independentemente por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo aplica o modelo de mensuração de um ativo financeiro que de outra forma atende aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos e passivos de caixa contratuais; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos e passivos de caixa contratuais; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

• Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

• Aplicações financeiras
Referem-se a investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida
Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a pretensão para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado
• Reconhecimento e mensuração
O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorridos benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

• Depreciação
A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos Intangíveis
A aquisição de ativos intangíveis segue os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

• Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ações

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo de concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 14.

• Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "f".

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. São tais indicativos existem, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
• Ativos financeiros não derivativos
O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de dívida são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

• Provisões
O Grupo reconhece provisões para a perda de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, o teste de risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão apresentadas as informações por segmento, com base nos números contábeis sem ajustes gerenciais:

	2022				
	Redovias	Mobilidade	Aeroporios	Não alocados	Consolidado
Receita bruta	13.868.363	3.972.156	2.299.971	9.630	20.150.120
Receitas financeiras	441.128	303.013	90.232	1.387.417	2.221.790
Despesas financeiras	(951.732)	(1.181.849)	(807.301)	(2.388.081)	(5.328.963)
Depreciação e amortização	(1.050.970)	(293.552)	(330.357)	(58.041)	(1.732.920)
Resultados dos segmentos divulgáveis após IR e CSLL	4.841.415	551.173	396.403	(1.576.811)	4.212.190
Imposto de renda e contribuição social	(2.602.932)	(204.472)	702	12.978	(2.792.824)
Resultado de equivalência patrimonial	148.662	-	105.870	(419)	254.113
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.580.679	137.886	334.339	(919.816)	4.133.088

	2021				
	Redovias	Mobilidade	Aeroporios	Não alocados	Consolidado
Receita bruta	8.235.204	3.448.919	1.332.822	4.996	13.021.941
Receitas financeiras	138.493	435.014	56.836	1.012.730	1.643.073
Despesas financeiras	(613.238)	(918.585)	(488.238)	(1.385.772)	(3.405.833)
Depreciação e amortização	(2.533.160)	(250.755)	(322.224)	(46.846)	(3.152.785)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	956.424	1.028.179	(484.033)	(696.974)	805.596
Imposto de renda e contribuição social	(609.852)	(559.456)	95.458	(735)	(1.074.645)
Resultado de equivalência patrimonial	60.137	-	25.040	(316)	84.861
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	727.884	751.307	(233.944)	(549.616)	695.631

	2022				
	Redovias	Mobilidade	Aeroporios	Não alocados	Consolidado
Ativos dos segmentos divulgáveis	20.370.169	15.624.714	12.518.850	2.033.567	50.547.300
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	145.310	-	690.571	(1.115)	834.766
CAPEX	1.442.946	1.154.718	1.008.868	63.290	3.669.372
Passivos dos segmentos divulgáveis	(11.212.986)	(11.162.665)	(7.422.490)	(8.926.409)	(38.724.550)

	2021				
	Redovias	Mobilidade	Aeroporios	Não alocados	Consolidado
Ativos dos segmentos divulgáveis	15.751.694	13.867.978	7.601.914	4.134.858	41.356.444
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	139.750	-	709.045	(695)	848.100
CAPEX	4.274.255	1.739.175	3.605.961	12.735	9.632.126
Passivos dos segmentos divulgáveis	(8.500.157)	(10.080.044)	(6.201.920)	(8.008.523)	(32.790.644)

6. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:
a) Risco de crédito;
b) Risco de taxas de juros e inflação;
c) Risco de taxa de câmbio;
d) Risco financeiro e liquidez.
A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito
Decorre da possibilidade da Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.
b) Risco de taxas de juros e inflação
Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações: (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (4) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos de esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 7, 11, 16, 17, 24 e 25.
c) Risco de taxas de câmbio
Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.
d) Risco financeiro e liquidez
Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.
O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Controladora				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
	2022	2022	2022	2022	2022
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (a)	655.221	-	-	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	2,412,233	1.482.683	1.063.168	721.697	5.532.927
Fornecedores e outras contas a pagar	69.860	4.998	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	2.907	-	-	-	-
Partes relacionadas - AFAC	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	74.108	-	-	-	-
Contas a pagar de operação com derivativos	179.141	-	-	-	-
Consolidado					
Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos	
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (a)	1.454.345	802.069	1.473.317	721.221	9.339.779
Debêntures e notas promissórias (a)	7.939.453	7.902.645	3.024.747	2.783.944	7.278.381
Fornecedores e outras contas a pagar	970.705	56.802	8.496	1.301	1.019
Mútuos - partes relacionadas	1.305.171	252.067	-	-	1.263.098
Mútuos cedidos a terceiros	-	63.113	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	20.963	-	-	-	-
Partes relacionadas - AFAC	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	141.245	-	-	-	1.196
Contas a pagar - operações com derivativos	207.968	-	-	-	34.547
Obrigações com Poder Concedente	275.954	-	-	-	-
(a) Valores brutos dos custos de transação.	155.673	149.813	135.112	2.219.108	-

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	267	67	330.055	394.121
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Fundos de investimentos e CDB	-	-	-	-
Total - Caixa e equivalentes de caixa	713.080	851.692	4.899.018	4.199.479
	713.347	851.759	5.229.073	4.593.600
Controladora		Consolidado		2021
2022	2021	2022	2021	
Circulante	-	-	68.522	47.018
Aplicações financeiras	5.173	2.193	153.326	98.787
Conta reserva (a)	-	-	-	-
Fundos de investimentos e CDB	1.378.292	14.237	2.894.314	1.087.018
Total - Circulante	1.383.565	16.430	3.047.640	1.185.805

(a) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos e debêntures (notas explicativas n.º 16 e 17).

8. Contas a receber - Consolidado

	2022		2021		
	2022	2021	2022	2021	
Contas a receber das operações (a)	915.388	714.888	915.388	714.888	
Provisão para perda esperada (b)	(36.925)	(24.474)	(36.925)	(24.474)	
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	2.227.592	704.627	2.227.592	704.627	
Circulante	3.106.055	1.395.041	3.106.055	1.395.041	
Contas a receber das operações (a)	4.788.298	6.525.830	4.788.298	6.525.830	
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	4.788.298	6.525.102	4.788.298	6.525.102	
Total	7.894.353	7.932.143	7.894.353	7.932.143	
Idade de Vencimentos dos Títulos		2022		2021	
		7.593.683	7.371.720		
Créditos a vencer		103.105	39.971		
Créditos vencidos até 60 dias		61.508	18.586		
Créditos vencidos de 61 a 90 dias		32.753	51.065		
Créditos vencidos de 91 a 180 dias		142.299	12.319		
Créditos vencidos há mais de 180 dias		7.931.278	7.956.617		

Cronograma de recebimento (não circulante)

Ano	2024	2025	2026	2027	2028 em diante
	658.497	492.231	421.988	390.341	2.835.261
	-	-	-	-	4.788.298
	-	-	-	-	-

(a) Créditos a receber decorrentes das operações tais como: receitas aeroportuárias, acessórias, de pedágio, aquaviárias, metrorráneas, e serviços de fibra óptica;
(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos dos Poderes Concedentes, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber dos Poderes Concedentes da concessão, considerando a ausência de histórico de não recebimento, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa, a ser pago pelos Poderes Concedentes; e
(c) Créditos a receber dos Poderes Concedentes referentes a: aporte, reequilíbrios, contraprestações pecuniárias fixas e variáveis, mitigação de demanda, bens reversíveis e indenizações e reajustes tarifários para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está abaixo demonstrada.

	2022							
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração (m)	Baixa	Transferência	Outros	Saldo final
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Aporte (a)	-	-	(44.888)	3.475	-	131.081	-	89.668
VLT Carioca	-	-	(44.888)	3.475	-	131.081	-	89.668
Reequilíbrio (b)	102.786	147.397	(103.403)	10.008	(101)	96.352	(140.596)	112.443
ViaQuatro (b)	102.786	13.062	(103.403)	-	-	96.352	-	108.696
BH Airport (c)	-	134.335	-	10.008	-	(140.596)	(i)	3.747
Contraprestação pecuniária fixa (a)	236.727	30.586	(474.775)	3.824	-	745.914	(3.722)	538.554
VLT Carioca	-	26.514	(210.328)	-	473.113	(4.707)	(j)	284.592
Metrô Bahia	236.727	4.072	(264.447)	3.824	-	272.801	985 (k)	253.962
Contraprestação pecuniária variável (a)	2.913	60.250	(39.443)	-	-	12.673	-	36.393
VLT Carioca	-	21.775	(1.262)	-	10.950	-	-	31.463
Metrô Bahia	2.913	38.475	(38.181)	-	1.723	-	-	4.930
Mitigação de demanda	362.201	442.347	(808.873)	-	283.938	-	-	279.613
Metrô Bahia (d)	330.796	-	(450.893)	-	283.938	-	-	164.041
ViaQuatro (e)	1.125.193	-	(93.975)	-	-	-	-	45.856
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (e)	31.405	138.899	(136.020)	-	-	-	-	34.284
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (e)	163.617	(128.185)	-	-	-	-	-	35.432
Bens reversíveis e indenizáveis	-	24.534	-	31.579	-	1.486.310	(371.502)	1.170.921
Barcas (f)	-	117.901	-	3.933	-	(1.486.310)	(74.691)	-
MSVia (g)	-	1.424.434	14.733	-	-	(1.216.347)	(174.691)	4.788.298
MSVia (g)	-	24.534	-	18.838	-	1.364.476	(371.502)	1.036.346
Reajuste tarifário (h)	-	271.773	(271.773)	-	-	-	-	-
AutoBAn	-	146.592	(146.592)	-	-	-	-	-
ViaDeste	-	61.644	(61.644)	-	-	-	-	-
RodoAnel Oeste	-	18.588	(18.588)	-	-	-	-	-
SPVias	-	44.679	(44.679)	-	-	-	-	-
	704.627	976.887	(1.743.155)	48.886	(101)	2.756.268	(515.820)	2.227.592

(a) Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária dos Poderes Concedentes, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pelas controladas, sendo que os valores são registrados pelos seus valores presentes, os quais são calculados pelas taxas internas de retorno de cada um dos contratos de concessão, à medida da evolução física das melhorias efetuadas;
(b) Refere-se aos reequilíbrios ao contrato de concessão da ViaQuatro pelo atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU que será recebido através de adicional à tarifa de remuneração conforme Termo Aditivo n.º 6. O Termo Aditivo n.º 7 estabeleceu o reequilíbrio através de pagamento em dinheiro sobre o atraso na conclusão das entregas da Estação Morumbi (Fase II) e da Estação Vila Sônia;
(c) Refere-se ao reequilíbrio relativo às perdas geradas pela pandemia do COVID-19 nos exercícios de 2021 e 2022;
(d) Refere-se a créditos do Metrô Bahia a receber do Poder Concedente, em razão de demanda realizada a menor em comparação à demanda projetada no anexo n.º 8 do contrato de concessão, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda. O saldo de contas a receber pela mitigação de risco de demanda, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 199.991, dos quais R\$ 56.181 é relativo ao 3º ano de operação plena (período de 1º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022) e R\$ 143.810 é relativo aos dez primeiros meses de operação do 4º ano de operação plena (período de 1º de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022);
(e) Refere-se ao saldo de receita de mitigação de demanda da ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 e ViaQuatro, o qual é recebido ao longo do trimestre subsequente;
(f) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao Poder Concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão das Barcas;
(g) Refere-se a indenização a receber do Poder Concedente em decorrência da extinção antecipada da concessão da MSVia, conforme legislação e regulamentação aplicável;

(h) Refere-se ao valor a receber do Poder Concedente em decorrência do não repasse do reajuste de tarifa de pedágio conforme o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo n.º 02/2022;
(i) Refere-se ao abatimento do saldo pago de outorga;
(j) Efeito decorrente da formalização do Termo Aditivo n.º 6 no VLT Carioca, através do encontro de ativa e passivos regulatórios, contemplando também o repêrimento dos recebíveis junto ao Poder Concedente;
(k) Refere-se ao valor de desapropriação e reassentamento, com base no disposto na subcláusula 8.8.4 do contrato de concessão do Metrô Bahia;
(l) O montante de R\$ 446.193 (somatório do saldo de curto e longo prazo) refere-se a: (i) R\$ 30.295 pela estimativa de perda segundo a lei n.º 13.448/2017, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente, neste sentido, foi reclassificado para a conta a receber os valores dos bens reversíveis anteriormente classificados como imobilizado e intangível, líquidos de suas amortizações pela curva de benefícios econômicos e depreciações pela vida útil a incorrer, considerando como premissa o prazo máximo para que a reavaliação ocorra, ajustados pela diferença de critério de amortização linear e pelo ajuste de critério de capitalização de juros; (ii) R\$ 176.255 pelo excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários calculado após a assinatura do Termo Aditivo n.º 1 e (iii) R\$ 239.643 de saldo atualizado do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) mencionado na nota explicativa n.º 18, sendo: R\$ 237.713 advindo de transferência do passivo e R\$ 1.930 de redução por atualização monetária; e
(m) Refere-se a remuneração dos valores a receber dos Poderes Concedentes, decorrentes de juros e atualização monetária previstos nos contratos de concessão ou termos aditivos.

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos
A



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2022						2021					
	Controladas		Outras partes		Saldos		Controladas		Outras partes		Saldos	
	em conjunto	relacionadas	em conjunto	relacionadas	Total	em conjunto	relacionadas	em conjunto	relacionadas	Total		
Ativo												
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	76.039	-	-	-	-	242.192	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-	861.643	-	-	-	-	242.192	-	-
Bancos conta movimento	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	122.831	-	-	-	-	73.813	-	-
Derivativos	-	-	-	-	6.187	-	-	-	-	433	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	129.018	-	-	-	-	574	-	-
Mútuos	-	-	-	-	23.482	-	-	-	-	185.279	-	-
Outros créditos	-	-	-	-	23.482	-	-	-	-	591.821	-	-
Passivo												
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	909	-	-	-	-	287	-	-
Fornecedores e contas a pagar	-	-	-	-	2.049	-	-	-	-	4.207	-	-
Derivativos	-	-	-	-	3	-	-	-	-	6	-	-
Dividendos	-	-	-	-	37.510	-	-	-	-	12	-	-
Mútuos	-	-	-	-	1.952	-	-	-	-	12	-	-
Outros débitos	-	-	-	-	1.952	-	-	-	-	12	-	-
Debituras	-	-	-	-	1.227.184	-	-	-	-	169.299	-	-
Notas promissórias	-	-	-	-	226.069	-	-	-	-	-	-	-

	2022						2021					
	Controladas		Outras partes		Saldos		Controladas		Outras partes		Saldos	
	em conjunto	relacionadas	em conjunto	relacionadas	Total	em conjunto	relacionadas	em conjunto	relacionadas	Total		
Custos/Despesas de serviços prestados - consultoria financeira	-	-	-	-	57	-	-	-	-	284	-	-
Custos/Despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	-	-	-	155	-	-	-	-	964	-	-
Custos/Despesas de infraestrutura utilizada	-	-	-	-	3.780	-	-	-	-	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	-	-	-	4.326	-	-	-	-	1.739	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	-	-	-	-	274.828	-	-	-	-	1.739	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais	-	-	-	-	2.493	-	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	800	-	-	-	-	469	-	-
Receitas de prestação de serviços - CCR GBS	-	-	-	-	64.898	-	-	-	-	3.731	-	-
Receitas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	-	-	-	226.897	-	-	-	-	21.923	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	-	-	-	34.496	-	-	-	-	2.202	-	-
Receitas financeiras - mútuos	-	-	-	-	97.730	-	-	-	-	13.289	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	-	-	2.641	-	-	-	-	23.121	-	-
Receita de mútua cooperação	-	-	-	-	558	-	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras - derivativos	-	-	-	-	42.077	-	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras - derivativos	-	-	-	-	26.254	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	-	52	-	-	-	-	52	-	-

	2022						2021					
	Controladas		Outras partes		Saldos		Controladas		Outras partes		Saldos	
	em conjunto	relacionadas	em conjunto	relacionadas	Total	em conjunto	relacionadas	em conjunto	relacionadas	Total		
Ativo												
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.257	-	-	-	-	1.047	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-	2.981.832	-	-	-	-	1.047	-	-
Bancos conta movimento	-	-	-	-	22.286	-	-	-	-	1	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	112.907	-	-	-	-	34.575	-	-
Derivativos	-	-	-	-	24.192	-	-	-	-	3.906	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	190.911	-	-	-	-	3.906	-	-
Mútuos	-	-	-	-	800	-	-	-	-	2.551	-	-
Outros créditos	-	-	-	-	800	-	-	-	-	171.339	-	-
Passivo												
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	909	-	-	-	-	1.007	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	11.329	-	-	-	-	1.916	-	-
Fornecedor e contas a pagar	-	-	-	-	3	-	-	-	-	163	-	-
Derivativos	-	-	-	-	35.533	-	-	-	-	68.405	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	62.801	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos	-	-	-	-	342.171	-	-	-	-	447.875	-	-
Outros débitos	-	-	-	-	2.897	-	-	-	-	-	-	-
Debituras	-	-	-	-	4.998.951	-	-	-	-	4.988.951	-	-
Notas promissórias	-	-	-	-	253.757	-	-	-	-	-	-	-

	2022						2021					
	Controladas		Outras partes		Saldos		Controladas		Outras partes		Saldos	
	em conjunto	relacionadas	em conjunto	relacionadas	Total	em conjunto	relacionadas	em conjunto	relacionadas	Total		
Custos/Despesas de serviços prestados - consultoria financeira	-	-	-	-	212	-	-	-	-	-	-	-
Custos/Despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	-	-	-	554	-	-	-	-	-	-	-
Custos/Despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	-	-	3.466	-	-	-	-	-	-	-
Custos/Despesas com infraestrutura utilizada	-	-	-	-	11.181	-	-	-	-	-	-	-
Custos/Despesas de serviços prestados - treinamento de pessoal	-	-	-	-	901	-	-	-	-	-	-	-
Custos/Despesas de serviços prestados - especializados e consultorias	-	-	-	-	4.583	-	-	-	-	935	-	-
Custos/Despesas de serviços prestados - transporte de valores	-	-	-	-	243	-	-	-	-	133.495	-	-
Custos/Despesas de serviços prestados - conservação de rodovias	-	-	-	-	1.423	-	-	-	-	143.430	-	-
Custos/Despesas - doações	-	-	-	-	21.874	-	-	-	-	-	-	-
Custos/Despesas - taxas de administração de cartões eletrônicos	-	-	-	-	2.171	-	-	-	-	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	-	-	-	3.573	-	-	-	-	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	-	-	-	-	2.100	-	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	9.849	-	-	-	-	90	-	-
Despesas financeiras - derivativos	-	-	-	-	35.728	-	-	-	-	42.955	-	-
Despesas financeiras - mútuos	-	-	-	-	76.671	-	-	-	-	35.728	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais	-	-	-	-	361	-	-	-	-	129	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	-	-	-	3.987	-	-	-	-	9.438	-	-
Receitas de prestação de serviços - CCR GBS	-	-	-	-	113.077	-	-	-	-	9.567	-	-
Receitas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	-	-	-	2.026	-	-	-	-	10.175	-	-
Receitas acessórias na faixa domínio	-	-	-	-	5.360	-	-	-	-	-	-	-
Receitas aeroportuárias	-	-	-	-	89	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de locação de espaços	-	-	-	-	46	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços de Transmissão de Dados	-	-	-	-	106	-	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras - mútuos	-	-	-	-	25.414	-	-	-	-	13.359	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	-	-	5.096	-	-	-	-	13.359	-	-
Receita de mútua cooperação	-	-	-	-	824	-	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras - derivativos	-	-	-	-	55.069	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado/Intangível	-	-	-	-	1.486	-	-	-	-	5.691	-	-

c. Despesas com profissionais-chave da administração

	Não estatutários			
	Controladora (a)		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
1. Remuneração:				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.619	901	2.619	2.275
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	2.152	594	2.152	1.140
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (*)	1.356	90	1.356	(123)
Previdência privada	120	49	120	91
Seguro de vida	6	2	6	4
	6.253	1.636	6.253	3.387

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram efetuados pagamentos de provisão de PPR na controladora e consolidado no montante de R\$ 1.950.

	Estatutários			
	Controladora (a)		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
1. Remuneração:				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	18.580	26.111	44.589	58.755
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	21.034	12.795	46.471	36.708
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (*)	7.965	(2.709)	(2.153)	(1.100)
Previdência privada	881	750	2.140	2.194
Seguro de vida	48.488	36.982	91.119	96.656

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram efetuados pagamentos de provisão de PPR no montante de R\$ 20.760 na controladora e R\$ 34.555 no consolidado.

	Conselheiros			
	Controladora (a)		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
1. Remuneração:				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	9.978	8.584	10.244	8.855
Seguro de vida	74	79	74	79
	10.052	8.663	10.318	8.934

d. Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração

	Controladora (a)			
	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração dos administradores	25.141	16.066	52.853	43.026
(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros do Conselho Fiscal e da Administração (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária), compreendendo no total 27 membros. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 19 de abril de 2022, foi aprovada a remuneração anual e global para os Administradores (estatutários) e Conselho de Administração da Controladora no exercício social de 2022, no valor de até R\$ 40.454, no caso de cumprimento integral das metas fixadas (100%), podendo chegar a até R\$ 44.997, no caso de superação de 150% das referidas metas. Além disso, também foi aprovada a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal correspondente a 10% da remuneração média atribuída aos diretores estatutários da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros), conforme previsto no § 3º do artigo 162 da lei n.º 6.404/1976 (Lei das S.A.).				

12. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

Em 2022, foram realizados testes de recuperabilidade de ativos não financeiros das empresas do Grupo CCR que apresentavam indicadores de perda de recuperação e de ativos fiscais diferidos de todas aquelas que possuíam saldos de ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas. Em geral, os testes foram realizados com base nos métodos de valor em uso para ativos não-financeiros e projeções de lucros tributáveis para ativos fiscais diferidos e, consideraram, nos casos aplicáveis, direitos decorrentes de reequilíbrios aos contratos de concessão. Exceto quanto ao descrito nos parágrafos a seguir, não foram identificados casos de perda de recuperabilidade.

A ViaOeste registrou na rubrica do ativo intangível "Direitos de exploração da infraestrutura concedida", provisão para perda de recuperabilidade no montante de R\$ 141.630. A controlada possui volume relevante de investimentos a serem executados, mas seu prazo remanescente de concessão, até 13 de fevereiro de 2024, é insuficiente para se recuperar os investimentos ainda por amortizar e os investimentos futuros, mesmo levando-se em conta seus direitos regulatórios ainda a serem reequilibrados.

No caso específico da MSVia, à luz do processo judicial, mencionado nos subitens f.i e f.ii, do item "c Outras informações relevantes" dessa nota explicativa, aplicou-se a análise de recuperabilidade de valor justo, utilizando a abordagem de custo (normalmente referido como custo de substituição ou reposição), a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão. Tal cenário é compreendido como o mais adequado para análise de recuperação de seus ativos, tendo em vista o estágio avançado do processo de devolução amigável sob o regime da lei n.º 13.448/2017, conforme Resolução n.º 8.860/2019 e Decreto n.º 9.957/2019. Neste sentido, foi constituída provisão para perda de recuperabilidade no montante de R\$ 30.295 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 104.114 em 31 de dezembro de 2021).

a) Investimentos em controladas e controladas em conjunto - Controladora

Controladas e controladas em conjunto	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação	
			2022	2021
ATP (c)	Serviços	Brasil (RJ)	0,01%	-
AutoBAn (b)	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	-
Barcas (c)	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (RJ)	100,00%	-
CIIS	Holding	Brasil (SP/RJ)	-	100,00%
CPC	Holding	América Latina e Espanha	100,00%	-
Infra SP	Holding	Brasil (SP)	-	99,99%
Inovap 5 (b)	Serviços	Brasil (SP)	100,00%	-
Lam Vias (c)	Holding	América Latina e Brasil (exceto SP)	100,00%	-
Linha 15	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	80,00%	80,00%
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	80,00%	

continuação



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial resumido

	2022						
	Corporación Quiport	Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	239.012	17.506	4.840	14.510	72.993	58.735	185
Outros ativos	246.251	17.610	18.962	98.972	13.657	40.185	18
Total do ativo circulante	485.263	35.116	23.802	113.482	86.650	98.920	203
Ativo não circulante	3.822.466	1.168	-	2.096.116	885.873	295.385	83
Total ativo	4.677.729	36.284	23.802	2.209.598	972.523	394.305	286
Passivo							
Passivo circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	104.068	103.173	-	-
Outros passivos	256.888	372	12.598	85.650	28.237	98.118	-
Total do passivo circulante	256.888	372	12.598	189.718	131.410	98.118	-
Passivo não circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	1.992.258	431.193	-	-
Outros passivos	2.871.559	-	-	10.016	310.408	96.457	2.578
Total do passivo não circulante	2.871.559	-	-	1.992.261	741.601	96.457	2.578
Patrimônio líquido	1.179.282	35.912	1.188	27.619	99.512	199.730	(2.292)
Total do passivo e patrimônio líquido	4.307.729	36.284	23.802	2.209.598	972.523	394.305	286

	2021						
	Corporación Quiport	Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	202.627	13.430	5.594	25.948	34.428	90.600	717
Outros ativos	237.675	13.290	19.230	82.883	46.357	77.985	18
Total do ativo circulante	440.302	26.720	24.824	108.831	80.785	168.585	735
Ativo não circulante	4.159.507	1.954	-	2.264.419	902.929	22.807	(20)
Total ativo	4.599.809	27.774	24.824	2.373.250	983.714	191.192	715
Passivo							
Passivo circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	100.518	72.807	-	-
Outros passivos	229.487	8.398	14.556	76.415	13.766	63.574	6
Total do passivo circulante	229.487	8.398	14.556	176.933	86.573	63.574	6
Passivo não circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	2.164.219	501.296	-	-
Outros passivos	3.157.019	-	-	5.487	272.032	3.553	2.158
Total do passivo não circulante	3.157.019	-	-	2.169.706	773.328	3.553	2.158
Patrimônio líquido	1.179.282	19.376	1.040	26.611	123.813	124.065	(1.448)
Total do passivo e patrimônio líquido	4.599.809	27.774	24.824	2.373.250	983.714	191.192	715

Demonstração do resultado resumida

	2022						
	Corporación Quiport	Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Recargas	666.750	26.536	60.722	142.591	838.198	-	-
Depreciação e amortização	(109.984)	-	-	(27.253)	(83.367)	-	-
Recargas financeiras	10.352	-	-	207.096	5.051	18.840	24
Despesas financeiras	(190.391)	(6)	(38)	(204.959)	(99.421)	(300)	-
Resultado de operações antes dos impostos	179.015	24.534	172	1.378	(21.821)	611.622	(810)
IR e CS	-	-	-	(318)	7.437	(206.437)	56
Resultado de operações	179.015	24.534	172	1.060	(14.384)	405.185	(754)
Outros resultados abrangentes	(76.249)	(962)	22	(1.708)	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	102.766	23.572	194	(648)	(14.384)	405.185	(754)

	2021						
	Corporación Quiport	Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Recargas	674.043	20.780	73.162	-	160.754	488.672	-
Depreciação e amortização	(86.116)	-	-	-	(31.942)	(30.545)	-
Recargas financeiras	13.475	-	-	265.430	2.069	4.752	93
Despesas financeiras	(273.794)	(12)	(62)	(259.919)	(63.659)	(167)	-
Resultado de operações antes dos impostos	43.998	18.172	270	2.456	5.239	292.045	(640)
IR e CS	-	-	-	911	(1.852)	(95.522)	-
Resultado de operações	43.998	18.172	270	3.367	3.387	196.523	(640)
Outros resultados abrangentes	352.540	15.494	354	4.796	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	396.538	33.666	624	8.163	3.387	196.523	(640)

c) Outras informações relevantes
A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

- Processo de encampação (Processo n.º 0028294-77.2003.4.01.3400)**
Em 14 de julho de 2003, foi publicada a lei n.º 14.065/2003, a qual o Estado do Paraná a encampar a controladora, nos termos da legislação e contrato de concessão. A controladora propôs a ação n.º 0028294-77.2003.4.01.3400 em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o DER/PR com o propósito de impedir a encampação da concessão. Os trabalhos da comissão de encampação foram suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.
- Redução de tarifa - receita maior (Processo n.º 5016502-67.2016.4.04.7000)**
O DER propôs a ação civil pública em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a RDN auferiria receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização temporária de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.
- Processo administrativo de responsabilização, suspensão cautelar do direito de licitar e medida cautelar decretada pelo TCE/PR**
Por meio da Resolução n.º 35, de 2 de outubro de 2019, a Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) instaurou processo administrativo de responsabilização (PAR), previsto no artigo 8º da lei n.º 12.646/2013, com o objetivo de apurar eventuais responsabilidades administrativas em desfavor da concessionária. A concessionária se manifestou acerca do processo em 3 de dezembro de 2019.
Em caráter cautelar e incidental, por meio da Resolução n.º 67, de 20 de dezembro de 2019, também editada pela CGE/PR, objeto do Fato Relevante de 6 de janeiro de 2020, foi determinada a suspensão temporária do direito de a concessionária participar de novas licitações e celebrar novos contratos com a administração pública do Estado do Paraná. A concessionária impetrou o mandado de segurança n.º 0008852-94.2020.8.16.0000 perante o Tribunal de Justiça do Paraná com o objetivo de afastar a referida medida cautelar. Em 20 de abril de 2021, foi disponibilizada sentença extinguinte a ação em razão da perda superveniente do objeto.
Antes do julgamento definitivo da referida ação, a Resolução CGE n.º 67, de 20 de dezembro de 2019 foi revogada pela Resolução CGE n.º 78, de 10 de dezembro de 2020. Em 16 de maio de 2021, foi publicada a sentença que julgou a ação em razão da perda superveniente do objeto, em 21 de março de 2022.
Por sua vez, no âmbito do PAR, foram expedidas as Atas de Deliberação n.º 03 e 04, de 15 de junho de 2020 e 11 de agosto de 2020, as quais determinaram o encerramento da fase de instrução e efetivaram o indiciamento da RDN. Em face dessas determinações da Comissão Processante, a RDN impetrou o mandado de Segurança n.º 0003893-68.2020.8.16.0004 perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba em 28 de agosto de 2020.
A decisão que havia deferido a liminar, em 17 de setembro de 2020, para determinar a suspensão do PAR, enquanto vigente o acordo de leniência, foi cassada em 27 de outubro de 2020. A RDN apresentou recurso de agravo direcionado ao Tribunal. Em razão da decisão de mérito proferida no âmbito do PAR pelo Controlador-Geral do Estado do Paraná em 28 de abril de 2021, foi publicada a sentença que julgou a ação em razão da perda superveniente do objeto, em 21 de março de 2022.
- Lei n.º 13.103/2015 (suspensão de cobrança de tarifa sobre o eixo suspensivo)**
Por meio da ação, a RDN objetivou decisão judicial que obrigasse o DER/PR a proceder à recomposição do equilíbrio do contrato de concessão em razão da perda de arrecadação provocada pela isenção concedida pelo Poder Concedente, a partir de 28 de maio de 2018, tendo em vista a edição da Medida Provisória n.º 833/2018, posteriormente convertida na lei n.º 13.711, de 2018.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.

- Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)**
A ação n.º 5050284-02.2015.4.04.7000 (antigo n.º 2005.70.00.007929-7), movida pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR), visa a anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato de concessão. A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.
- Decreto expropriatório**
Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o decreto n.º 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto do RDN. Em razão disso, os acionistas e a RDN ajuizaram a ação n.º 0001395-08.2004.4.01.3400 (antigo n.º 2004.34.00.001399-6) em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.

- Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento**
DER/PR expediu autos de infração contra a RDN, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGS (Índice de Qualidade Global). A RDN apresentou defesa alegando que essas indicições somente é aplicáveis aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR não acolheu a defesa e aplicou multa por atraso no pagamento de R\$ 16.000. A RDN ajuizou ação (de n.º 0024098-93.2005.4.01.3400) e as multas encontram-se suspensas, desde 22 de agosto de 2005, por decisão proferida anteriormente no agravo de instrumento n.º 0016021-17.2016.4.01.0000, o qual pende de julgamento. Em 1ª instância, o processo está suspenso aguardando o julgamento do recurso.
Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria n.º 732/2004-DER/PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.
A RDN ingressou com duas ações, sendo uma (0001980-26.2005.4.01.3400, antigo n.º 2005.34.00.001966-1) para declarar a nulidade da Portaria n.º 732/2004-DER/PR a qual inicialmente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra (0004594-04.2005.4.01.3400, antigo n.º 2005.34.00.004587-6) para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de violação da norma na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exibição das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria n.º 732/2004-DER/PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento.
Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi deferida a produção de prova pericial de engenharia. Antes que a pericia tivesse início, em 18 de novembro de 2016, foi publicada a decisão que determinou a suspensão do processo.

- Prorrogação/Extensão do Contrato de Concessão e Convênio de Delegação**
O Ministério Público Federal de Jacareizinho/PR propôs ação civil pública n.º 5002208-05.2015.4.04.7013) em face da União, Estado do Paraná, DER/PR, RDN, e demais concessionárias do Paraná, alegando que as partes estariam pretendendo prorrogar os Convênios de Delegação celebrados entre a União e o Estado do Paraná e os contratos de concessão celebrados entre o Estado do Paraná e as concessionárias, sem a respectiva licitação, o que acarretaria dano aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.

- Ação de procedimento comum n.º 1050217-49.2020.4.01.3400 - Invalidez da metodologia de fiscalização estabelecida pela Portaria DER/PR n.º 3/2019**
Em face de atuações formalizadas com base em mudança de metodologia estabelecida pelo DER/PR por meio da Portaria DER/PR n.º 03/2019, a qual subtraiu a notificação à concessionária para correção de não-conformidades operacionais previamente à formalização de autos de infração, diferentemente do que está previsto no contrato de concessão, em 4 de setembro de 2020, a RDN ajuizou Ação de Procedimento Comum em face da União Federal, da ANTT, do Estado do Paraná e do DER/PR, pleiteando a ilegalidade da Portaria n.º 3/2019, ou alternativamente a declaração de sua parcial nulidade na parte em que pretende alterar o procedimento sancionatório previsto no contrato com a sua consequente anulação (total ou parcial).
Em 27 de outubro de 2020, a ANTT apresentou contestação. Em 20 de novembro de 2020, a União apresentou contestação. Em 25 de novembro de 2020, o Estado do Paraná e o DER/PR apresentaram contestação. Em 14 de dezembro de 2020, a RDN foi intimada do despacho para apresentar réplica às contestações. A réplica foi apresentada em 29 de janeiro de 2021. O Estado do Paraná, o DER/PR, a União Federal e a ANTT se manifestaram no sentido de não possuírem provas a produzir.
Em 9 de março de 2021, a RDN apresentou petição informando que as matérias discutidas são unicamente de direito e que não são necessárias provas adicionais para resolução do feito. Em 13 de setembro de 2021, foi proferida decisão saneadora que determinou a intimação da RDN para emendar a petição inicial e promover a citação do DNIT, na qualidade de litisconsorte passivo necessário. A emenda à petição inicial foi efetivada em 19 de outubro de 2021.
Em 4 de maio de 2022, o DNIT apresentou contestação. Em 13 de junho de 2022, a RDN apresentou réplica a contestação. Em 7 de julho de 2022, a RDN informou que não possui mais provas a produzir. Aguarda-se a abertura de prazo para razões finais e posterior sentença.

- Ação Ordinária n.º 5061296-37.2020.4.04.7000 - reajuste da tarifa de pedágio, contratuamente prevista, para o ano de 2022**
Considerando a decisão cautelar proferida no processo administrativo n.º 16.844.752-3, a RDN ajuizou Ação Ordinária em face da União, da ANTT, do Estado do Paraná, do DER/PR e da AGEPAR, em 11 de dezembro de 2020, com o objetivo de garantir o reajuste anual da tarifa de pedágio previsto no contrato de concessão.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.

- Ação n.º 5077419-91.2021.4.04.7000 (Notificação Judicial)**
Em 10 de novembro de 2021, a RDN ajuizou Ação de Notificação Judicial em face da União, da ANTT, do DNIT, do Estado do Paraná e do DER/PR para que seja dado cumprimento ao contrato, de modo que elas assumam o acervo de bens reversíveis que compõem a concessão quando for encerrado o contrato de concessão, bem como para formalizar o encerramento da prestação de serviços às 23h59min59s do dia 27 de novembro de 2021.
Em 21 de março de 2022, a RDN peticionou para requerer a extinção do feito, uma vez que, com a devolução dos bens da concessão ao Poder Concedente, a notificação perdeu o objeto. Na mesma data, os autos foram arquivados.

- Ação Civil Pública n.º 5073956-06.2021.4.04.7000 (Canalização)**
Em 21 de novembro de 2021, foi ajuizada ação pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR em face da RDN, com dois pedidos de liminares autônomas, para a implantação de canalização e sinalização em todas as praças de pedágio operadas pela RDN, assim como para que elabore, em conjunto com a Comissão Regional de Encerramento, o cronograma de bens a serem revertidos após o término da concessão.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.

- Ação n.º 5077425-83.2021.4.04.7000 (Interpretação Judicial)**
Em 10 de novembro de 2021, a RDN ajuizou Ação de Interpretação Judicial em face da União, da ANTT, do DNIT, do Estado do Paraná e do DER/PR para renovar a constituição em mora das Requeridas, considerando a inércia e omissão do Poder Concedente e das entidades federais em dar seguimento aos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão n.º 075/95, e a omissão do Poder Concedente e das entidades federais em dar seguimento aos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão n.º 075/95, o que acarretaria dano aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.

- Ação n.º 5077425-83.2021.4.04.7000 (Interpretação Judicial)**
Em 10 de novembro de 2021, a RDN ajuizou Ação de Interpretação Judicial em face da União, da ANTT, do DNIT, do Estado do Paraná e do DER/PR para renovar a constituição em mora das Requeridas, considerando a inércia e omissão do Poder Concedente e das entidades federais em dar seguimento aos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão n.º 075/95, e a omissão do Poder Concedente e das entidades federais em dar seguimento aos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão n.º 075/95, o que acarretaria dano aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.

- Ação n.º 5077425-83.2021.4.04.7000 (Interpretação Judicial)**
Em 10 de novembro de 2021, a RDN ajuizou Ação de Interpretação Judicial em face da União, da ANTT, do DNIT, do Estado do Paraná e do DER/PR para renovar a constituição em mora das Requeridas, considerando a inércia e omissão do Poder Concedente e das entidades federais em dar seguimento aos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão n.º 075/95, e a omissão do Poder Concedente e das entidades federais em dar seguimento aos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão n.º 075/95, o que acarretaria dano aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa.
A controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo.

- Ação n.º 5077425-83.20**



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referidos aditivos contratuais também são objeto de processos que tramitam perante o TCE/RJ. Em 2 de fevereiro de 2022, o TCE/RJ proferiu decisões (i) determinando a instauração de Auditoria Extraordinária para fins de subsidiar o exame do 8º Termo Aditivo, e os termos que o sucederem, bem como (ii) decretando o sobrestamento do reequilíbrio econômico-financeiro empreendido desde a celebração do 8º Termo Aditivo, concluindo pela ilegalidade da extensão do prazo do Contrato de Concessão n.º 43/1996, decisão essa passível de recurso, com efeito suspensivo.

Em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da ViaLagos, como forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste - reformando-se, assim, a decisão anterior proferida em 2 de fevereiro de 2022.

A despeito disso, o Plenário entendeu que seria necessário remeter essa análise para a auditoria extraordinária governamental que será conduzida nos autos do processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012.

A Companhia e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras das empresas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto pelos tópicos relacionados a "Relicitação" na MSVia bem como o reconhecimento das obrigações assumidas no âmbito do acordo celebrado pela RDN.

13. Ativo Imobilizado - Consolidado

	2021		2022		Ajustes de conversão	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)		
Valor de custo						
Móveis e utensílios	92.268	-	(4.378)	6.515	(16.173)	77.871
Máquinas e equipamentos	588.619	2.214	(52.597)	34.873	(83.748)	485.251
Veículos	173.698	-	(34.348)	11.567	(1.398)	148.519
Instalações e edificações	38.426	-	(159)	9.333	(2.917)	45.384
Terrenos	415.713	1.209	-	-	-	416.922
Equipamentos operacionais	750.688	-	(71.888)	49.994	(191.617)	536.177
Embarcações	56.315	-	-	-	(6.697)	49.618
Fibra óptica	28.483	-	-	11.304	(39.787)	-
Imobilizações em andamento	138.891	282.833	(5.015)	(120.180)	(22.279)	274.520
Total do custo	2.283.101	286.256	(168.385)	3.406	(357.919)	2.036.654

	Taxa média anual de depreciação %		2021		2022		Ajustes de conversão	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final		
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios	10	(51.075)	(6.849)	4.302	(209)	8.537	(310)	(45.604)
Máquinas e equipamentos	13	(439.285)	(46.549)	52.171	211	64.051	1.930	(367.471)
Veículos	25	(140.035)	(18.562)	34.006	371	751	(1.038)	(124.507)
Instalações e edificações	4	(11.734)	(1.658)	159	-	4.294	(1.070)	(10.009)
Equipamentos operacionais	12	(605.256)	(43.627)	71.699	-	150.266	-	(426.918)
Embarcações	2	(49.110)	(1.073)	-	-	-	-	(44.366)
Fibra óptica	5	(7.288)	(1.578)	-	-	8.866	-	5.815
Total da depreciação		(1.303.183)	(119.896)	162.337	373	236.765	5.327	(1.018.872)
Total geral		979.318	166.360	(6.048)	3.779	(121.154)	(4.478)	1.017.777

	2020		2021		Ajustes de conversão	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)		
Valor de custo						
Móveis e utensílios	80.181	96	(2.399)	13.357	(284)	92.268
Máquinas e equipamentos	571.376	3.170	(22.663)	58.027	(28.357)	588.619
Veículos	167.636	904	(23.993)	34.768	281	173.698
Instalações e edificações	26.354	-	-	11.279	793	38.426
Terrenos	418.207	-	(1.640)	(854)	-	415.713
Equipamentos operacionais	686.549	-	(15.159)	93.545	(14.247)	750.688
Embarcações	56.822	-	-	-	(507)	56.315
Fibra óptica	24.717	-	(19)	3.785	-	28.483
Imobilizações em andamento	175.916	142.077	(574)	(178.531)	3	138.891
Total do custo	2.207.758	146.247	(66.447)	35.376	(48.783)	2.283.101

	Taxa média anual de depreciação %		2020		2021		Ajustes de conversão	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final		
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios	10	(46.136)	(6.579)	2.213	(52)	(521)	(51.075)	
Máquinas e equipamentos	13	(393.852)	(59.142)	20.065	(1.158)	(5.198)	(439.285)	
Veículos	24	(129.518)	(34.229)	23.608	156	(52)	(140.035)	
Instalações e edificações	3	(9.419)	(1.936)	-	-	(379)	(11.734)	
Equipamentos operacionais	12	(558.590)	(59.959)	13.471	(178)	-	(605.256)	
Embarcações	2	(48.295)	(1.258)	-	-	443	(49.110)	
Fibra óptica	5	(5.976)	(1.316)	4	-	-	(7.288)	
Total da depreciação		(1.191.786)	(164.419)	59.361	(1.232)	(5.707)	(1.103.783)	
Total geral		1.015.972	(18.172)	(7.086)	34.144	(48.783)	3.243	979.318

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível;
- (b) O montante de R\$ 121.154 refere-se, principalmente, a:
 - Baixa da empresa Quicko devido a alienação, no montante de R\$ 1.045;
 - Baixa da empresa TAS devido a alienação, no montante de R\$ 29.704;
 - Aporte de capital através de transferências de bens da ViaQuatro para sua subsidiária Four Trilhões, no montante de R\$ 4.886; e
 - Valores referentes a Samm, transferidos para ativo mantido para venda, no montante de R\$ 94.583.
- Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.802 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.080 em 31 de dezembro de 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 8,41% a.a. e 4,72% a.a., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias).

14. Intangível e infraestrutura em construção - Consolidado

	2021		2022		Ajustes de conversão	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)		
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	23.501.755	31.115	(5.384)	527.018	5.185.906	(110.087)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	250.191	-	-	97	-	279.289
Direitos de uso de sistemas informatizados	323.357	157	(381)	33.874	(12.842)	(1.065)
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	33.182	80.349	(1.197)	(32.747)	(2.958)	76.629
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	37.594	-	-	(4.992)	-	32.602
Cessão de fibra óptica e conectividade	112.527	7.345	-	-	(119.872)	-
Direito de concessão	7.620.611	645.075 (j)	-	-	-	8.265.686
Transmissão de dados de radiofrequência	5.549	133	-	-	(5.682)	-
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio Aeris	286.742	-	-	-	(17.957)	268.785
ViaQuatro	641.484	-	-	-	-	641.484
RDN	14.988	-	-	-	-	14.988
SPVias	1.167.354	-	-	-	-	1.167.354
Barcas	11.382	-	-	-	-	11.382
ViaOeste	251.709	-	-	-	-	251.709
VLT Carioca	14.530	-	-	-	-	14.530
Quiport Holdings	33.656	-	-	-	(2.188)	31.468
Aeroporto Internacional de Curaçao	114.613	-	-	-	(4.690)	109.923
TAS (d)	5.976	-	(110.740)	-	-	(104.764)
Total do custo	34.564.523	764.174	(117.702)	523.250	5.044.552	40.639.252

	Taxa média anual de amortização %		2021		2022		Ajustes de conversão	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (e)	Saldo final		
Valor de amortização								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(12.472.806)	(1.074.675)	154	(396)	(141.630)	1.817	120.032
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	(c)	(262.487)	(14.393)	-	-	-	-	(276.880)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(255.302)	(30.680)	348	(5.003)	-	8.807	420
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(37.259)	(143)	-	-	-	-	(37.399)
Cessão de fibra óptica e conectividade	(f)	(77.603)	(8.418)	-	-	-	-	86.201
Direito de concessão	(b)	(208.983)	(143.023)	-	-	-	-	(352.006)
Transmissão de dados de radiofrequência	(f)	(4.817)	(671)	-	-	-	5.488	-
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio Aeris	(123.148)	(34.340)	-	-	-	7.203	(150.285)	-
ViaQuatro (b)	(131.553)	(27.564)	-	-	-	-	(159.117)	-
RDN (b)	(14.990)	-	-	-	-	-	(14.990)	-
SPVias (b)	(601.974)	(70.987)	-	-	-	-	(672.961)	-
ViaOeste (b)	(229.679)	(22.030)	-	-	-	-	(251.709)	-
Barcas (c)	(10.132)	(1.076)	-	-	-	-	(11.208)	-
VLT Carioca (b)	(1.350)	(633)	-	-	-	-	(1.983)	-
Quiport Holdings (c)	(8.138)	(1.236)	-	-	-	516	(8.858)	-
Aeroporto Internacional de Curaçao (c)	(53.813)	(5.081)	-	-	-	1.992	(56.902)	-
Total da amortização	(14.494.014)	(1.434.950)	502	(392)	(141.630)	102.133	130.163	(15.838.188)
Total do intangível	20.070.509	(670.776)	(117.200)	522.858	(141.630)	5.146.685	(9.382)	24.801.064
Infraestrutura em construção (i)	1.277.316	2.618.899	(319.137)	(526.637)	-	(220.375)	(78.382)	2.751.684

16. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos		Saldos dos custos a apropriar 2022		Vencimento final	
				2021	2022	2022	2021		
CCR	Santander (Capital de giro)	CDI + 3,47% a.a.	4,5603% (a)	-	-	-	-	Maio de 2023	463.424 (i)
CCR	Bank of America (b)	USD + 1,66% a.a.	N/I	-	-	-	-	Agosto de 2023	711.518 (ii)
	Subtotal Controladora			-	-	-	-		1.174.942
MSVia	BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	9.308	17.013	9.308	Março de 2039	608.834
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918% (a)	2.598	1.465	2.598	1.465	Março de 2039	116.088
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	1.517	1.517	1.517	1.517	Março de 2039	47.446
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	25.588	43.108	25.588	Outubro de 2042	2.619.135
Metrô Bahia	BNDES	TJLP + 3,18% a.a.	N/I	-	-	-	-	Outubro de 2042	3.252
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (a)	13.085	8.874	13.085	8.874	Outubro de 2042	711.770
Metrô Bahia	BNDES	TJLP + 3,40% a.a.	3,4979% (a)	8.871	8.466	8.871	8.466	Outubro de 2042	444.412
BH Airport	BNDES - (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	1.205	1.205	1.205	1.205	Dezembro de 2025	445.964
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e C)	TJLP + 3,44% a.a.	3,8659% (a)	18.490	8.522	18.490	8.522	Novembro de 2035	860.897
VLT Carioca	BNDES - FINEM I - Subcrédito B	6,14% a.a.	N/I	-	-	-	-	Novembro de 2035	37.178
ViaSul	BNDES	IPCA + 4,598216% a.a.	5,1913% (a)	4.501	4.416	4.501	4.416	Dezembro de 2043	71.330
ViaSul	BNDES	IPCA + 4,598216% a.a.	5,3949% (a)	4.902	4.826	4.902	4.826	Dezembro de 2043	92.338
Pampulha	Itaú	CDI + 2,20% a.a.	2,9773% (a)	188	122	188	122	Julho de 2024	11.357
CAP	Maduro and Curiel's Bank	USD + 4,2% a.a.	N/I	-	-	-	-	Março de 2032	222.559
Aeris	Bank of America	USD + 7,25% a.a.	N/I	-	-	-	-	Novembro de 2025	599.439 (g)
Aeris	Santander	USD + 4,6% a.a.	N/I	10.065	-	10.065	-	Dezembro de 2025	697.899
	Total geral			74.399	74.399	74.399	74.399		8.036.991

	Circulante	
--	------------	--



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Série	Taxas contratuais		Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2022		Vencimento final	
		2022	2021			2022	2021	2022	2021
CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 2	CDI + 1,30% a.a.	1,3942% (a)	1,3942% (a)	1.781	1.204	731.373	641.932 (e)	300.905 (e)
CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 3	CDI + 1,30% a.a.	1,3872% (a)	1,3872% (a)	774	-	-	-	-
CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 4	CDI + 1,30% a.a.	1,4149% (a)	1,4149% (a)	367	367	182.777	160.483 (e)	-
Subtotal Controladora					44.068	44.068	7.550.318	6.327.893	-
SPVias	6ª Emissão - Série única	115% do CDI	-	-	-	-	-	318.555 (i)	-
SPVias	9ª Emissão - Série única	CDI + 2% a.a.	2,0026% (c)	4,074	1.862	1.862	506.577	498.522 (j)	-
SPVias	10ª Emissão - Série única	CDI + 1,85% a.a.	1,9380% (a)	1.798	1.281	1.281	508.572	493.937 (i)	-
SPVias	11ª Emissão - Série única	CDI + 1,80% a.a.	2,0305% (a)	884	727	727	168.968	-	-
ViaLagos	5ª Emissão - Série única	CDI + 2,80% a.a.	3,0762% (a)	1.658	335	335	230.740	222.706 (e)	-
RodoAnel Oeste	6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (b)	3.171	198	198	244.418	327.143 (f)	-
RodoAnel Oeste	6ª Emissão - Série única	120% do CDI	-	-	-	-	248.247	332.733 (f)	-
RodoAnel Oeste	7ª Emissão (Notas promissórias)	CDI + 1,30% a.a.	1,6450% (a)	143	46	46	46.185	-	-
Samm	13ª Emissão (Notas promissórias)	CDI + 1,30% a.a.	1,7897% (a)	168	-	-	-	-	36.634 (i)
Samm (d)	14ª Emissão (Notas promissórias)	CDI + 1,40% a.a.	1,7770% (a)	185	-	-	-	-	-
ViaOeste	8ª Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496% (a)	1.878	-	-	481.707	464.928 (f)	-
AutoBAn	10ª Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,3001% (a)	2.798	903	903	449.848	562.657 (j)	-
AutoBAn	12ª Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,3630% (a)	3.610	2.913	2.913	1.427.944	1.415.492 (e)	-
AutoBAn	13ª Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,2630% (a)	801	853	853	342.222	-	-
ViaQuatro	5ª Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	10.072	3.527	3.527	659.722	717.736 (i) (h) (i)	-
ViaQuatro	5ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	5.534	2.079	2.079	530.663	559.841 (i) (h) (i)	-
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2ª Emissão - Série única	9,76% a.a.	9,76% (c)	20.919	-	-	597.391	692.877 (j) (h) (i) (f)	-
RS Holding	5ª Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	1,8059% (a)	14.017	8.911	8.911	546.659	586.798 (j)	-
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,9178% (a)	8.706	2.237	2.237	1.888.696	1.657.748 (i)	-
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,56% a.a.	2,0775% (a)	3.951	2.172	2.172	901.623	-	-
Bloco Central	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8757% (a)	2.584	1.321	1.321	700.976	612.275 (f)	-
Bloco Central	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	2,0858% (a)	557	362	362	78.467	-	-
Bloco Sul	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8688% (a)	7.449	3.808	3.808	2.103.082	1.837.004 (i)	-
Bloco Sul	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	1,9513% (a)	795	516	516	122.724	-	-
RioSP	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	1,8449% (a)	2.941	4.372	4.372	1.053.740	1.048.679 (i)	-
	Total geral				81.062	81.062	21.400.489	18.714.158	-
					Controladora	2021	Controlado	2021	2021
					1.711.481	1.095.268	6.210.443	2.577.317	6.025.601
					115.462	52.317	241.928	121.594	36.870
					(6.328)	(4.368)	(18.109)	(13.395)	(13.395)
					1.820.615	1.143.217	6.434.262	2.685.516	6.048.642

Circulante	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Debitures e notas promissórias	4.133.088	695.631
Valor justo	2.020.000	2.020.000
Custos de transação	2.04608	0,34437

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;
 (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação;
 (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 24;
 (d) Valores referentes a Samm, classificados como mantidos para venda, no montante de R\$ 55.315;
Garantias:
 (e) Não existem garantias;
 (f) Avaliação corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
 (g) Garantia real;
 (h) Alienação fiduciária;
 (i) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
 (j) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
 (k) Garantia real adicional;
 (l) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o completion.
Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2022		2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2024	875.213	5.878.651	-	-
2025	559.206	1.928.289	-	-
2026	287.934	1.962.217	-	-
2027	694.609	1.266.492	-	-
2028 em diante	3.498.014	4.319.461	-	-
(-) Valor justo	(147.533)	(325.930)	-	-
(-) Custo de transação	49.804	27.126	-	-
Total	5.729.103	14.562.247	-	-

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

Informações adicionais: Debêntures - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9
 Em 15 de dezembro de 2022, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição no valor nominal total de R\$ 2.500.000. As debêntures são remuneradas pelo IPCA + 6,43% a.a. O principal será pago em parcelas semestrais a partir de 15 de abril de 2027 com vencimento em 15 de outubro de 2048. Os juros serão pagos em parcelas semestrais, a partir de 15 de abril de 2023.

Até a presente data não houve integralização. Isto ocorreu pois existem condições precedentes para a integralização que tem prazo de cumprimento posterior a subscrição, que ocorreu em 29 de dezembro de 2022.

18. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais - Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

18.1. Processos com prognóstico de perda provável
 A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2022		2021	
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos
Não circulante				
Cíveis, administrativos e outros	59.704	93.343	(17.159)	(46.045)
Trabalhistas e previdenciários	73.690	31.344	(15.119)	(12.471)
Tributários	49.804	27.126	-	913
Contratuais (a)	180.173	129.682	(73.651)	-
	363.371	281.495	(106.227)	(58.516)
				13.543
				(237.769)
				255.897

a) Em relação aos processos contratuais, a ANTT lavrou, até 31 de dezembro de 2022, 114 autos de infração contra a MSVia, relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos previstos no contrato de concessão, os quais totalizam R\$ 239.351 (R\$ 180.173 em 31 de dezembro de 2021). Em 22 de abril de 2021, foi proferida decisão nos autos do Processo de Arbitragem n.º 24.957/GS/PT, decretando a suspensão da exigibilidade das referidas multas.

Em 6 de julho de 2022, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre MSVia e ANTT, no montante de R\$ 237.713, registrado na rubrica Despesas indenutivas e baixas de créditos tributários, na Demonstração de Resultado, cujo objeto é a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgamento na esfera administrativa, com o consequente desconto do respectivo montante em relação à indenização em apuração de haveres e deveres ao final da vigência do contrato de concessão.

O montante de R\$ 237.713 foi reclassificado no balanço patrimonial como redutor do contas a receber do Poder Concedente (nota explicativa n.º 8), devido ao disposto na cláusula 8.1 do TAC, que prevê o abatimento de seu valor do montante estimado de indenização devido à MSVia.

Restou como saldo o Auto de Infração n.º 20/2021, no valor de R\$ 1.638, por não ter integrado o TAC, tendo em vista que ainda está em fase de discussão na via administrativa. b) Valores referentes a Samm, que foram classificados para mantidos para venda.

18.2. Processos com prognóstico de perda possível
 A Companhia e suas controladas possuem outros processos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2022		2021	
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão de manutenção	Realização	Saldo final
Circulante				
Cíveis, administrativos e contratuais (e) (f)	1.253.731	-	1.116.979	-
Trabalhistas e previdenciários	134.397	-	405.789	-
	45.974	-	38.070	-
	1.434.102	-	1.560.838	-

Os principais processos relativos às questões tributárias são:
 (a) R\$ 299.957 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 254.087 em 31 de dezembro de 2021), por supostos débitos de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2014 a 2017, oriundos das despesas de amortização de ação, sendo que houve a realização de depósitos judiciais da parcela controversa no valor de R\$ 121.129 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 89.912 em 31 de dezembro de 2021).
 (b) R\$ 306.852 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 282.712 em 31 de dezembro de 2021), reduzido para R\$ 178.110 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 165.229 em 31 de dezembro de 2021) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, decorrentes da glosa de despesas financeiras e multas isoladas.
 (c) R\$ 165.586 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 8.889 em 31 de dezembro de 2021), por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas.
 (d) R\$ 394.785 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 359.497 em 31 de dezembro de 2021), por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas.

Quo não que aos processos relativos às questões cíveis, administrativas e contratuais:
 (e) O óbito em 31 de dezembro de 2022 é composto, substancialmente, por (i) autos de infração da RDN sobre discussões de atendimento aos níveis mínimos dos serviços de operação, conservação e manutenção (ii) indenização por responsabilidade civil contra as concessionárias da rede, e (iii) processos pulverizados de diversas naturezas.
 (f) A redução do saldo do período decorre, substancialmente, da baixa de processos contratuais da MSVia, por celebração do Termo de Ajustamento de Conduta junto à ANTT, conforme citado no tópico 18.1 (a).
 Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 66.111 (R\$ 90.910 em 31 de dezembro de 2021).

19. Provisão de manutenção

	2021		2022	
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão de manutenção	Ajuste a valor presente	Realização
Circulante				
ViaLagos	1.150	-	-	(1.150)
AutoBAn	507	-	-	(508)
Samm	63	-	9	(65)
Barcas	194	-	18	(197)
VLT Carioca	86	823	75	(87)
Metrô Bahia	592	-	238	(658)
Multa com o Poder Concedente				
MSVia	971	-	126	(1.012)
	3.563	823	466	(3.677)

As taxas anuais de 2022 e 2021, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 7,08% a.a., respectivamente.

20. Impostos e contribuições federais, estaduais, municipais e multa com o Poder Concedente - parcelados - Consolidado

	31/12/2021		2022	
	Saldo inicial	Adições	Atualização monetária	Outros (a)
Circulante				
Impostos e contribuições				
ViaLagos	1.150	-	-	(1.150)
AutoBAn	507	-	-	(508)
Samm	63	-	9	(65)
Barcas	194	-	18	(197)
VLT Carioca	86	823	75	(87)
Metrô Bahia	592	-	238	(658)
Multa com o Poder Concedente				
MSVia	971	-	126	(1.012)
	3.563	823	466	(3.677)
Não circulante				
Impostos e contribuições				
AutoBAn	212	-	-	(212)
Samm	141	-	10	(64)
Barcas	27	-	(12)	(15)
VLT Carioca	-	8.557	416	(622)
Metrô Bahia	1.974	-	190	(512)
Multa com o Poder Concedente				
MSVia	1.272	-	55	(479)
	3.626	8.557	659	(1.904)

(a) Valores referentes a Samm, classificados como mantidos para venda.

21. Patrimônio líquido

a. Capital social
 O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.126.100, composto por 2.020.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.
b. Custos de captação
 Nesta rubrica foram reconhecidos os custos de transação relativos aos processos de oferta pública de ações ocorridos em 2009 e 2017.
c. Transação com sócios
 Refere-se a ganho em transação com sócios decorrentes de cessão de opção de compra de terreno e compra de mútuos.
d. Ação em transição de capital
 Esta rubrica são reconhecidos os efeitos decorrentes das mudanças na participação societária da controladora sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
e. Reserva legal
 É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
f. Reserva para equalização de dividendos e investimentos
 Reserva prevista no Estatuto Social da Companhia, tem como finalidade garantir recursos para (i) pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas substituições, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas e (ii) realização de investimentos em seus negócios, de suas sociedades controladas e coligadas, inclusive por meio de aporte de capital.
g. Reserva de lucros a realizar
 Reserva de lucros a realizar constituída sobre o valor do dividendo mínimo obrigatório que exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício.
h. Dividendos
 Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/76).
 Em 19 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos a título de dividendos adicionais propostos em 2021, no montante de R\$ 165.212, correspondentes a R\$ 0,08178846102 por ação ordinária, à conta do lucro do líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento foi realizado em 28 de junho de 2022.
 Em 27 de outubro de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2022, no montante de R\$ 591.582, correspondentes a R\$ 0,2928626662 por ação ordinária, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2022. O pagamento foi realizado em 30 de novembro de 2022.
 A Administração da Companhia propõe o destaque para complemento do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 73.829, relativo aos lucros apurados no exercício de 2022.
 Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:
 Lucro líquido do exercício (controladora) 4.133.088
 (-) Constituição de reserva legal (206.654)
 Lucro líquido ajustado 3.926.434
 Dividendo mínimo obrigatório 381.609
 Lucro líquido ajustado 3.544.825
 (-) Reserva de lucros a realizar (316.198)
 Complemento dividendo mínimo obrigatório (73.829)

i. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)
 Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:
 • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2022, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedging* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A CCR contratou operações de *swap* visando mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira e riscos de inflação sobre a totalidade da 4ª série da 11ª emissão de debêntures, 2ª série da 14ª emissão de debêntures e 1ª série da 15ª emissão de debêntures e parte da 2ª série da 16ª emissão.

A ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 2ª emissão de debêntures.

O RodoAnel Oeste contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre 50% da totalidade da 6ª emissão de debêntures.

A ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 ao longo de 2022 contratou *NDF* para proteção de riscos cambiais dos contratos com Siemens Alemanha e Siemens Espanha.

As SPVias contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 2ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro resumido sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Data de vencimento	Valor de referência (Nominal)		Valores brutos contratados e liquidados		Resultado	
	Moeda local		Moeda local Recebidos/ (Pagos)		Valores a receber/ a pagar	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
SWAP - riscos cambiais						
CCR	2023	124.574	650.000	(71.515)	(8.734)	(25.642)
SWAP - riscos de juros						
CCR	2022 a 2036	2.245.852	1.245.852	(94.117)	(9.959)	74.983
SPVias	2022	-	791.960	2.165	(218)	2.041
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2030	700.000	700.000	(17.712)	35.389	(63.374)
RodoAnel Oeste	2024	384.000	384.000	3.342	(969)	4.316
NDF - riscos de câmbio						
CCR	2021	-	-	-	(8.462)	-
RDN	2021	-	-	-	6	-
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	2022 a 2023	51.165	-	28	-	1.600
ViaSul	2022	-	-	(4.039)	(896)	-
VLT Carioca	2022	-	-	(5.132)	-	-
CPC	2022	-	-	(3.396)	-	-
		3.505.591	3.771.812	(190.376)	6.157	(8.117)
					90.042	(290.166)
						23.730
						1.302

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre dívidas e contratos de fornecedores estrangeiros e *NDF* sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data destas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Risco	Exposição em moeda estrangeira (1)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado e no resultado abrangente		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Compromissos em Euro		(51.165)	(12.792)	(25.583)	
Hedge NDF de fluxo de caixa futuro	Euro	51.165	-	25.583	
Fornecimento de equipamentos	Dólar/Euro	812	(203)	(406)	
Arrendamento	Euro	171	(43)	(86)	
Total do efeito de perda Moedas em 31/12/2022:	Dólar (2)		5.217	6.524	7.827
	Euro (2)		5.5694	6.9618	8.3541

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2022, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, mútuos, obrigações parceladas e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (1)(2)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI (2)	19.316.066	(2.739.464)	(3.351.009)	(3.961.437)
IPC-A (2)	1.559.450	34.491	67.227	99.966
SOFR diário (2)	697.900	(62.361)	(87.366)	(116.138)
T.J.P (4)	5.959.911	(610.406)	(716.710)	(823.041)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		(3.377.740)	(4.087.858)	(4.800.650)
CDI (2)	707.339	(77.827)	(94.066)	(110.504)
Efeito sobre os mútuos		(77.827)	(94.066)	(110.504)
Selic <i>over</i> (2)	13.858	(1.892)	(2.365)	(2.837)
Efeito sobre as obrigações parceladas		(1.892)	(2.365)	(2.837)
CDI (2)	9.652.492	1.029.737	1.207.401	1.384.043
Efeito sobre as aplicações financeiras		1.029.737	1.207.401	1.384.043
Total do efeito de ganho/perda		(2.427.522)	(2.976.888)	(3.529.948)
As taxas de juros consideradas foram (1):				
CDI (2)		13,6500%	17,0600%	20,4700%
IPC-A (2)		5,7900%	7,2375%	8,6850%
T.J.P (4)		7,1900%	9,0000%	10,7900%
Selic <i>over</i> (2)		13,6500%	17,0600%	20,4700%
SOFR diário (2)		4,3000%	5,3750%	6,4500%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2022, divulgada pelo BNDDES;

(3) Taxa de 31/12/2022, divulgada pelo Banco Central do Brasil;

(4) Taxa SOFR, divulgada diariamente pelo Federal Reserve em 31/12/2022;

(5) Taxa de 31/12/2022, divulgada pelo Banco Central do Brasil;

(6) Taxa SOFR, divulgada diariamente pelo Federal Reserve em 31/12/2022;

(7) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(8) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, T.J.P, IPCA Selic e SOFR).

25. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga variável - AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias
 Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide nota explicativa n.º 12 c).

A partir de 3 de outubro de 2021, a alíquota do RodoAnel Oeste voltou a ser de 3%, devido a celebração de acordo com o Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa n.º 1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 83.985 referente ao direito de outorga variável (R\$ 70.367 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Outorga variável - Curacao Airport (CAP)

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 16% sobre a receita aeronáutica e não aeronáutica.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 12.518 (R\$ 21.016 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Outorga variável - BH Airport

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da concessão, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAFRO às receitas reguladas, líquido de PIS e Cofins.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 10.762.

Outorga variável - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 1% sobre a receita operacional bruta.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 4.521 (R\$ 3.452 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Outorga variável - Pampulha

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da concessionária.

b. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária:

	2022	2021
AutoBAn (c)	3.261.921	401.148
RodoAnel Oeste (a)	456.802	438.393
SPVias (c) (g)	1.306.123	426.087
ViaLagos	66.556	57.144
ViaOeste (d)	1.465.039	893.126
MSVia (e)	-	19.854
BH Airport (a) (b)	179.663	159.356
ViaQuatro (a)	7.154	96.289
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (a) (b)	260.053	120.527
ViaSul (f)	4.826.811	4.814.611
ViaCosteira	1.989.578	1.996.622
Bloco Sul	1.294.671	1.337.388
Bloco Central	633.064	661.030
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (a)	3.755.737	3.595.894
Pampulha	161.372	-
RioSP	15.233.241	-
	34.897.785	14.917.469

(a) Os valores representam 100% da concessionária.

(b) Referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pelas concessionárias, sem considerar ganhos adicionais, como a construção da 2ª pista na BH Airport. Os valores estão atualizados pelo IPCA e IPC-Fipe, respectivamente, para BH Airport e a ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, até a data da última atualização da tarifa.

(c) O acréscimo de valor deve-se a melhorias e ciclos adicionais de manutenção de pavimento decorrentes do Acordo Definitivo celebrado em 31 de março de 2022. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 1.2.1.

(d) O aumento do valor deve-se principalmente à celebração do TAM n.º 25, em 31 de março de 2022. Estimamos que no total, o compromisso de investimento da ViaOeste, levando-se em conta obras de nível de serviço, em discussão para reequilíbrio, além de considerações discricionárias de investimentos em equipamentos, alcance o montante de R\$ 2.253.945. Para informações adicionais vide nota explicativa n.º 1.2.1.

(e) O valor dos compromissos de investimentos futuros contempla o previsto no Termo Aditivo n.º 1.

(f) O saldo de compromissos de investimentos futuros, em 31 de dezembro de 2022, é composto por R\$ 3.718.653 referente a melhorias e R\$ 1.108.158 referente a conservação especial (em 31 de dezembro de 2021, R\$ 3.096.663 referente a melhorias e R\$ 1.717.948 referente a conservação especial).

(g) Além do mencionado na letra (c), o montante também foi incrementado pela adição de novas obras decorrentes da celebração do TAM n.º 21, em 28 de julho de 2022, as quais foram reequilibradas mediante aumento do prazo de concessão. Para informações adicionais vide nota explicativa n.º 1.2.1.

Os valores acima, com exceção do mencionado no item (d), não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

c. Outorga Variável - saldo a pagar

	2022	2021
Circulante		
AutoBAn	3.753	3.454
ViaOeste	1.684	1.576
RodoAnel Oeste	926	865
SPVias	1.269	1.138
CAP	4.297	7.496
BH Airport	15.639	11.201
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	747	666
Pampulha	115	-
	28.430	26.396

d. Contribuição fixa - BH Airport

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão, bem como à contribuição extraordinária para recomposição econômico-financeira prevista na revisão extraordinária do contrato de concessão, vide nota explicativa n.º 1.2.1.

	2022		2021	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
Circulante	228.811	222.586	155.546	154.738
Não circulante	3.367.639	2.929.700	2.351.584	1.748.175
	3.596.450	2.552.286	2.507.130	1.902.913
2022	-	-	155.546	154.738
2023	228.811	222.586	101.536	100.114
2024	165.910	155.673	101.536	97.445
2025	165.910	149.813	101.536	94.896
2026	148.935	135.112	97.495	93.872
2027 em diante	2.886.884	1.889.102	1.949.481	1.361.848
	3.596.450	2.552.286	2.507.130	1.902.913

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Com a assinatura do Termo Aditivo n.º 007/2020, ocorreu a postergação das datas de vencimento das parcelas de 2021 a 2025, de maio para dezembro. A partir de 2026, a data de vencimento voltará a ser no mês de maio.

26. Demonstrações dos fluxos de caixa

a. As transações que não afetaram caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tributos a recuperar	(8.120)	(1.474)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	(15.445)	62.510	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	(106.567)	(32.490)	-	-
Despesas antecipadas e outras	-	(1.915)	-	-
Fornecedores	18	4.949	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	2.565	-	-
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão de imposto de renda e contribuição social	35.405	764	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	1.834	38.818	-	-
Outras contas a pagar	720	57	-	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(92.155)	73.784	-	-
Mútuos com partes relacionadas	-	241.343	-	-
Aquisição de ativo intangível	-	(584)	-	-
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	(84.581)	(359.467)	-	-
AFAC - partes relacionadas	260.411	57.088	-	-
Redução de capital em investidas	-	6.527	-	-
Títulos patrimoniais	(15.430)	-	-	-
Caixa líquido adquirido na incorporação da CIIS e da Infra SP	(66.941)	-	-	-
Outros de ativo intangível	-	(19.275)	-	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	92.875	(73.784)	-	-
AFAC partes relacionadas	(720)	-	-	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(720)	-	-	-
Consolidado	2022	2021	2022	2021
Receita de reequilíbrio - AutoBAn	5.303.574	-	5.303.574	-
Tributos a recuperar	(5.617)	(5.547)	(5.617)	(5.547)
Contas a receber dos Poderes Concedentes	20.257	(1.428.262)	20.257	(1.428.262)
Fornecedores - partes relacionadas	(49.516)	-	(49.516)	-
Fornecedores	-	11.145	-	11.145
Baixa do ativo imobilizado e intangível	33.526	-	33.526	-
Baixa do investimento alienado	(40.722)	-	(40.722)	-
Baixa - arrendamento	(14.344)	-	(14.344)	-
Contas a receber	78.109	-	78.109	-
Despesas antecipadas e outras	17.512	-	17.512	-
Fornecedores	(6.198)	-	(6.198)	-
Fornecedores - partes relacionadas	(107)	-	(107)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(7.373)	-	(7.373)	-
Outras contas a pagar	(95.534)	2.710	(95.534)	2.710
Obrigações com os Poderes Concedentes	160.323	-	160.323	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	5.843.890	(1.419.954)	5.843.890	(1,419,954)
Adições ao ativo intangível	(610.323)	(24.118)	(61	



Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CCR S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras") e da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à proposta de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que estão em plenas condições de serem votadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Leda Maria Deiro Hahn

Maria Cecília Rossi

Piedade Mota da Fonseca

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, Compliance, e Riscos da CCR - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2022

O Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos da CCR ("CAC") é órgão estatutário de caráter permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração cujos objetivos, entre outros, incluem supervisionar as atividades dos auditores independentes relativamente à sua independência, qualidade e à adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia; monitorar a qualidade e integridade de suas demonstrações financeiras e dos mecanismos de controles internos utilizados; avaliar e monitorar a exposição de riscos considerando a política de riscos adotada; monitorar a adequação do compliance das transações com partes relacionadas consoante a política estabelecida e que a forma de gerenciamento empreendida corresponda à estratégia do GRUPO CCR.

Responsabilidades, transição e formação atual do Comitê

O CAC, no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão e monitoramento, definidas a partir da legislação aplicável, do Estatuto Social da Companhia, assim como das disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração da CCR e seus Comitês de Assessoramento ("RI CA-CCR"), baseia suas análises e avaliações para formar seu julgamento e suas opiniões considerando, principalmente, (i) as informações recebidas da Diretoria Executiva e dos Gestores, incluindo os responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras, (ii) os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia (incluindo os projetos conduzidos por auditores terceirizados) e (iii) os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes.

Até 28 de abril de 2022, o CAC foi formado por cinco membros, sendo três conselheiros de administração titulares, um conselheiro suplente e um membro externo independente. A partir de então, o CAC passou a ser denominado Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos, sendo composto por quatro conselheiros de administração titulares e um membro externo independente. Em 23 de setembro de 2022, o CA CCR deliberou a alteração dos membros do Comitê quando, o mesmo, passou a ser composto por quatro membros independentes, sendo três conselheiros de administração e um coordenador externo que foi nomeado em 15 de dezembro de 2022.

Em todas as formações foram atendidos os requisitos de independência e de manutenção de um membro com experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme requerido pela Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021. Os processos de transição ocorreram de forma satisfatória.

Atividades do CAC

O CAC possui Plano de Trabalho definido anualmente, com agenda temática preparada considerando os temas de maior relevância. A agenda do CAC incorpora, ao longo do ano, as solicitações advindas do Conselho de Administração, como, também, outras situações que se requeram, segundo a dinâmica e circunstâncias dos negócios da Companhia. Ao longo do período de janeiro de 2022 até a data deste relatório, o CAC reuniu-se em dezesseis ocasiões, considerando as reuniões ordinárias e extraordinárias, (i) com diretores e colaboradores das várias unidades de negócios e de companhias brasileiras e estrangeiras controladas do Grupo CCR; (ii) com a área de Auditoria Interna da Companhia, para discutir o funcionamento das respectivas áreas sob auditoria, eventuais deficiências e recomendações efetuadas para aprimoramento dos processos de trabalho dessas áreas, relativamente aos seus sistemas de controles internos, os planos de ação e seus respectivos acompanhamentos; (iii) com os auditores independentes para conhecimento do escopo de trabalho, dos principais assuntos de auditoria, discussão dos relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e as recomendações de controles internos efetuadas em relação ao exercício social de 2021; (iv) com a área de Compliance, para acompanhamento dos trabalhos executados; e (v) com outras áreas da Companhia, para discussão de temas específicos. Adicionalmente, os membros do CAC visitaram as Unidades AutoBAn e ViaQuatro.

Auditoria Interna

O Plano de Auditoria Interna da Companhia, recomendado pelo CAC e aprovado em 17 de dezembro de 2021 pelo Conselho de Administração da CCR para o ano de 2022, manteve, praticamente, o mesmo volume de horas de trabalho e número de processos auditados do ano anterior e foi concluído.

A Auditoria Interna da Companhia apresentou os resultados dos seguintes processos que foram objeto de auditoria no período:

- Barcas - Desmobilização do Contrato de Concessão
- Corporativo - Desenvolvimento de Novos Negócios
- VLT - Req to Pay
- Gestão do Contencioso
- Corporativo - Acordos e Relação com Sindicatos
- Corporativo - Reembolso de despesas e cartão de crédito
- Corporativo - Remuneração Variável e Bonificação (apuração de metas)
- Linhas 8 e 9 - Gestão da Implantação
- Corporativo - Estrutura de Gestão para sucessão de pessoas-chaves
- Receitas Tarifárias e Comerciais (Follow-up) - BHAirport
- Avaliação do Programa de Compliance - Unidades com Sócios
- Controles Internos do Programa de Compliance - Corp
- Contrato de Terceiros (SSMA)
- Elaboração e Acompanhamento do Orçamento - Corp
- Gestão de Ativo Imobilizado
- Receitas e Obrigações Trabalhistas e Tributárias - TECA Joinville

O CAC discutiu os assuntos relevantes classificados nesses relatórios, particularmente os de risco muito alto, alto e médio, com a Auditoria Interna da Companhia e com os diretores e gestores das respectivas Divisões de Negócio e de companhias controladas, tomando conhecimento do andamento dos planos de ação elaborados para a correção

Jorge Roberto Manoel - Coordenador do Comitê

Eduardo Bunker Gentil

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

José Guimarães Montfort

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da CCR S.A. - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão - individuais e consolidadas

Veja as Notas 3 (i), 12 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros em determinadas controladas e controladas em conjunto, consideradas como componentes significativas. A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso das UGCs, é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de descontos.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável das UGCs que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável das UGCs;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos - individuais e consolidadas

Veja as notas 3 (n) e 9 (b) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia e determinadas controladas e controladas em conjunto possuem imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Reconhecimento do reequilíbrio econômico para prorrogação do prazo de concessão concedido - individuais e consolidadas

Veja a nota 1.2.1 "(a)", 3 "(r)" e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Em 31 de março de 2022, a CCR e o Poder Concedente assinaram o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo Definitivo 01/2022, considerando como o acordo definitivo cujo objeto consiste na prorrogação da vigência do contrato de concessão da AutoBAn até 31/12/2037, no estabelecimento dos valores finais reconhecidos no Acordo Preliminar e, no encerramento das ações judiciais relacionadas aos objetos do Acordo Definitivo.

Decorrente do tema acima, a Companhia passou a reconhecer contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado.

Esse tema foi considerado significativo, devido: (i) aos efeitos significativos desse assunto sobre os valores reconhecidos dos desequilíbrios econômico-financeiros nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) à complexidade e ao julgamento exercido pela Companhia na seleção da política contábil, e (iii) ao grau de habilidade e conhecimento especializado necessário para tratar e avaliar o reconhecimento contábil desse assunto.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Inspeção de todos os contratos e documentos que envolvem e suportam a transação; (ii) Leitura e avaliação, com auxílio de profissionais com conhecimento especializado para analisar o reconhecimento contábil desse assunto, do memorando contábil preparado pela Companhia; (iii) Indagação para corroborar o entendimento dos fatos descritos no memorando contábil preparado pela Companhia; (iv) Confronto dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras com os valores acordados no Termo Aditivo e Modificativo Coletivo Definitivo; (v) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da determinação do valor justo do reequilíbrio para prorrogação do prazo de concessão concedido; (vi) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e a divulgação do reequilíbrio econômico para prorrogação do prazo de concessão concedido, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

das deficiências identificadas.

Compliance:

Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes temas:

- Monitoramento periódico do atendimento de Compliance, relativo às políticas e normas da Companhia
- Indicadores e relatos relevantes do Canal Confidencial CCR
- Certificação ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno da CCR (holding), do GBS e da Via Mobilidade Linhas 8 e 9
- Monitoramento da evolução dos Pilares do Programa de Compliance, incluindo:
 - atualização de políticas,
 - riscos de suborno,
 - cronograma de comunicação e treinamentos,
 - due diligence de contrapartes,
 - Embaixadores de Compliance.
- RodóMorte - Finalização do Monitoramento Independente do MPF em fevereiro/2022, com emissão do relatório validando a implementação de todas as recomendações de melhoria e planos de ação do Programa de Compliance.

Riscos

Em linha com a agenda temática de Riscos estabelecida a partir da relevância no âmbito da matriz de riscos da Companhia, foram discutidos pelo CAC os seguintes temas:

- Riscos - Gestão de Estoques
- Gestão de Riscos: Visão Geral e Histórico
- Atualização da Matriz de Riscos
 - Atualização, Consolidação e Tratamento dos Riscos
 - Riscos Sistemáticos e Sistemáticos
 - Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
 - Deep Dive - Matriz de Risco por Modal
 - Matriz de Risco Consolidada
 - Apetite, Tolerância e Assunção de Risco
 - Próximos Passos
- Riscos de Estrutura de Engenharia - Riscos relacionados a eventos climáticos extremos na RioSP (BR-101) e possíveis impactos no plano de negócio
- Riscos - Mudanças Regulatórias e Políticas

Adicionalmente, o CAC analisou transações entre Partes Relacionadas e recomendou a revisão de políticas internas da Companhia (Política da Empresa Limpa e Combate à Corrupção e Suborno em agosto/2022; Regimento da Comissão de Estudos de Aplicação de Medidas Disciplinares em setembro/2022; e Política de Gerenciamento de Riscos e outubro/2022).

Auditoria Independente

O CAC reuniu-se em sete ocasiões, entre janeiro de 2022 e fevereiro de 2023, com sócios e equipes da KPMG Auditores Independentes, incluindo sessões privadas.

Os Auditores Independentes apresentaram ao CAC o escopo, os principais procedimentos de auditoria realizados e os pontos identificados como relevantes durante os trabalhos de auditoria para o fechamento das demonstrações financeiras trimestrais e anual.

Em particular, foram discutidos determinados assuntos, a saber: (i) valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão; (ii) realização dos impostos diferidos ativos; (iii) Termo aditivo e modificativo coletivo nº 1/2022 (AutoBAn, ViaOeste e SPVias) incluindo questões relacionadas a mudança de prática contábil; (iv) Ativo Financeiro Intangível (MSVia); (v) Acordo VLT com Poder Concedente, para reequilíbrio contratual; ; e (vi) contabilização de obras em andamento da ViaOeste.

Os auditores independentes confirmaram ao CAC sua avaliação de independência em relação à Companhia. Adicionalmente, não veio ao conhecimento do Comitê nenhum evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes, tampouco de quaisquer divergências relevantes entre o posicionamento da administração e os auditores independentes com respeito às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Recomendação referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCR - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2022

Os membros do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos da CCR S.A. ("CCR" ou Companhia) no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração da CCR e seus Comitês de Assessoramento ("RI CA - CCR") procederam a revisão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido, sem ressalvas, em 15 de fevereiro de 2023, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e, com base nos trabalhos efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, por unanimidade, recomendam ao Conselho de Administração da CCR a aprovação dessas Demonstrações Financeiras para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Ativo financeiro indenizável (Contas a Receber do Poder Concedente) - individuais e consolidadas

Veja as Notas 8 (b) e 12 (f) iii. das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Em 10 de Junho de 2021 foi assinado o 1º Termo Aditivo, entre a MSVia e o Poder Concedente, referente ao contrato de concessão para o trecho de rodovia entre a divisa do Estado do Mato Grosso e o Paraná.

Esse 1º Termo Aditivo estabeleceu que quando extinta a concessão, a Companhia terá o direito à indenização do saldo residual da: (i) infraestrutura; e (ii) dos equipamentos utilizados para operar a infraestrutura (ambos, bens reversíveis e indenizáveis) ajustados de acordo com os critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019.

Como os bens reversíveis e indenizáveis representam um direito contratual incondicional de receber caixa do Poder Concedente, a Companhia tem registrado em 31 de dezembro de 2022 um Contas a Receber do Poder Concedente.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, à natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto e às incertezas relacionadas a aplicação do cálculo para se estimar o saldo de contas a receber do Poder Concedente, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Inspeção, em base amostral, dos documentos que suportam as adições ocorridas durante o exercício, tais como nota fiscal, medições, comprovantes de pagamento; (ii) Teste da aplicação dos cálculos matemáticos dos valores reconhecidos como ativos financeiros, correspondente aos bens reversíveis e indenizáveis, avaliando se foram elaborados de forma consistente com os critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019 e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do Contas a Receber do Poder Concedente; (iii) Avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes;

No decorrer da nossa auditoria foram identificados ajustes que, apesar de imateriais, afetaram o Contas a Receber do Poder Concedente, os quais foram registrados e divulgados pela Companhia no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo do Contas a Receber do Poder Concedente bem como as respectivas divulgações, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 25P-027685/O-0 F SP

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Marcelo Gavili Contador - CRC 15P201409/O-1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 16/02/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/16/CCR156776316022023.pdf Hash: 1676493482b21daa63ea8942a9bc4a88db720eda79